TesouroNacional

Dezembro/2015
Vol. 21, N. 12

Resultado do **Tesouro Nacional**

Brasília
Janeiro/2016

MINISTRO DA FAZENDA
Nelson Henrique Barbosa Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Dyogo Henrique de Oliveira

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, interino
Otavio Ladeira de Medeiros

SUBSECRETÁRIOS
Gildenora Batista Dantas Milhomem
Líscio Fábio de Brasil Camargo
Paulo José dos Reis
Pricilla Maria Santana

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Alex Pereira Benício

EQUIPE
Diego Oliveira Faria
Fábio Felipe Dáquilla Prates
Felipe Palmeira Bardella
Fernando Almeida Barbalho
Fernando Cardoso Ferraz
Gabriel Gdalevici Junqueira
Guilherme Ceccato
Karla de Lima Rocha
Jailison Weilly Silveira
Vitor Henrique Barbosa Fabel

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:
Tel: (61) 3412-2203
Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: http://www.tesouro.gov.br

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 21, n. 12 (dezembro 2015). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.
Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.
ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Sumário

Resultado Fiscal do Governo Central....5

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior....7

Receitas do Governo Central....8

Transferências do Tesouro Nacional....9

Despesas do Governo Central....10

Previdência Social....13

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior....17

Receitas do Governo Central....18

Transferências do Tesouro Nacional....19

Despesas do Governo Central....20

Previdência Social....21

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior....22

Receitas do Governo Central....23

Transferências do Tesouro Nacional....24

Despesas do Governo Central....25

Previdência Social....26

Lista de Tabelas*

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano....5

Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano....7

Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano....8

Tabela 1.4 - Dividendos - Resultado Acumulado no Ano....9

Tabela 1.5 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Acumulado no Ano....9

Tabela 1.6 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano....10

Tabela 1.7 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano....11

Tabela 1.8 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resultado Acumulado no Ano....12

* a preços constantes exceto Tabela 1.1

Tabela 1.9 - Resultado Primário da Previdência Social....13
Tabela 1.10 - Resultado Primário da Previdência Social - Urbano e Rural....13
Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior....17
Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior....18
Tabela 2.3 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior....19
Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior....20
Tabela 2.5 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior....20
Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior....21
Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior....22
Tabela 3.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior....23
Tabela 3.3 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior....24
Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior....25
Tabela 3.5 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior....26
Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior....26

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Despesas Dicricionárias do Executivo....11
Gráfico 2 - Execução de Restos a Pagar....12
Gráfico 3 - Benefícios Emitidos pela Previdência....13
Gráfico 4 - Base de Cálculo Transferências Constitucionais....24

Resultado Fiscal do Governo Central

Análise do Resultado Primário do Governo Central
A Preços Correntes

R$ Milhões - Preços Correntes

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2014/2015

Discriminação do Resultado	Jan-Dez					Dez				
	R$ Milhões		Variação (2015/2014)			R$ Milhões		Variação (2015/2014)		
	2014	2015	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)	2014	2015	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	1.224.040,6	1.250.183,5	26.142,9	2,1%	-6,3%	121.011,2	130.089,7	9.078,5	7,5%	-2,9%
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	210.165,2	215.758,6	5.593,4	2,7%	-5,8%	21.929,0	22.525,0	596,0	2,7%	-7,2%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	1.013.875,4	1.034.424,9	20.549,5	2,0%	-6,4%	99.082,2	107.564,6	8.482,4	8,6%	-1,9%
IV. DESPESA TOTAL	1.031.086,0	1.150.265,5	119.179,5	11,6%	2,1%	98.019,1	169.146,8	71.127,6	72,6%	55,9%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	-	855,0	855,0	-	-	-	855,0	855,0	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-17.210,6	-114.985,6	-97.774,9	568,1%	518,4%	1.063,1	-60.727,1	-61.790,2	-	-
Tesouro Nacional	39.602,3	-29.323,3	-68.925,6	-	-	-789,1	-64.494,9	-63.705,8	-	-
Previdência Social (RGPS)	-56.698,1	-85.818,1	-29.120,0	51,4%	38,4%	1.769,1	3.041,8	1.272,7	71,9%	55,4%
Banco Central	-114,8	-699,2	-584,3	508,8%	481,0%	83,0	-129,0	-212,1	-	-
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-0,30%	-1,94%								

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em dezembro de 2015, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi deficitário em R$ 60,7 bilhões, contra superávit de R$ 1,1 bilhão em dezembro de 2014. Este resultado, comparado com o mesmo mês do ano anterior, é explicado pela elevação de R$ 71,1 bilhões na despesa total em contrapartida a um aumento de R$ 8,5 bilhões na receita líquida total. O aumento nas despesas totais é explicado principalmente pela elevação, em comparação com dezembro de 2014, de R$ 35,0 bilhões nas despesas com subsídios e subvenções e de R$ 27,6 bilhões em outras despesas de custeio e capital. Em termos reais, as despesas apresentaram aumento de 55,9%.

Vale destacar que o resultado do mês de dezembro foi significativamente afetado pelos pagamentos da União aos bancos públicos e ao FGTS, em conformidade com o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), pronunciado por meio do Acórdão nº 825/2015 e ratificado pelo Acórdão nº 3.297/2015 (vide boxe 01). Os referidos pagamentos totalizaram R$ 55,8 bilhões no mês de dezembro, incluídas as obrigações referentes a 2015.

Comparativamente ao acumulado até dezembro de 2014, também a preços correntes, houve decréscimo de R$ 97,8 bilhões no resultado primário do Governo Central, passando de um déficit de R$ 17,2 bilhões em 2014 para déficit de R$ 115,0 bilhões em 2015. Em proporção ao PIB de cada período, o resultado primário passou de -0,30% nos doze meses de 2014 para -1,94% do PIB em 2015. Esse resultado é reflexo do aumento da despesa total (11,6%) em maior proporção que o crescimento da receita líquida total (2,0%). Vale ressaltar que, em termos reais, a receita líquida total registrou redução de 6,4%, explicada principalmente pela evolução dos indicadores macroeconômicos relevantes para arrecadação de tributos, desonerações tributárias, compensações tributárias e queda na receita de dividendos. As despesas totais, no acumulado do ano, em termos reais, apresentaram aumento de 2,1%.

No ano, os pagamentos da União no âmbito dos Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015 totalizaram R$ 72,4 bilhões, sendo R$ 16,8 bilhões de obrigações de 2015 e R$ 55,6 bilhões de passivos. Na ausência dos pagamentos de passivos, o resultado primário do governo central no acumulado do ano teria sido deficitário em R$ 59,4 bilhões.

Resultado do Governo Central

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

A Preços Constantes de Dezembro de 2015 (IPCA)

R$ Milhões - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)

Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2014/2015

Discriminação do Resultado	Jan-Dez		Variação	
	2014	2015	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	1.391.424,5	1.304.248,0	-87.176,5	-6,3%
Receitas do Tesouro	1.004.746,6	936.529,0	-68.217,5	-6,8%
Receitas da Previdência Social	382.982,1	364.496,2	-18.485,9	-4,8%
Receitas do Banco Central	3.695,8	3.222,7	-473,1	-12,8%
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	239.088,4	225.332,8	-13.755,6	-5,8%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	1.152.336,1	1.078.915,2	-73.420,9	-6,4%
IV. DESPESA TOTAL	1.171.052,7	1.195.516,9	24.464,2	2,1%
Despesas do Tesouro	719.816,5	737.868,2	18.051,7	2,5%
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	447.414,2	453.693,1	6.278,9	1,4%
Despesas do Banco Central	3.822,0	3.955,5	133,6	3,5%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	-	855,00	855,00	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-18.716,5	-115.746,6	-97.030,1	518,4%
Tesouro Nacional	45.841,7	-26.671,9	-72.513,6	-
Previdência Social (RGPS)	-64.432,1	-89.196,9	-24.764,8	38,4%
Banco Central	-126,1	-732,8	-606,7	481,0%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A preços constantes de dezembro de 2015, comparativamente a 2014, houve decréscimo de R$ 97,0 bilhões no resultado primário do Governo Central no ano de 2015, passando de um déficit de R$ 18,7 bilhões em 2014 para déficit de R$ 115,8 bilhões em 2015. Esse resultado é explicado tanto pela queda na receita líquida total (6,4%) quanto pelo crescimento da despesa total (2,1%).

Essa redução na receita líquida total é explicada pelo efeito conjugado da evolução dos indicadores macroeconômicos relevantes para a arrecadação tributária, das compensações tributárias, bem como da queda da receita de dividendos e de cota parte de compensações financeiras. O impacto desses fatores foi parcialmente compensado por majorações de alíquotas de tributos.

Por sua vez, a tendência de queda da despesa em comparação a 2014, observada até novembro deste ano, foi revertida em dezembro. De janeiro a novembro de 2015, a despesa total do governo central havia sido reduzida em R$ 35,8 bilhões em relação ao mesmo período do ano passado. Já no acumulado do ano, a despesa total cresceu R$ 24,5 bilhões. A principal razão para isso foi o aumento de algumas despesas em dezembro de 2015, como Subsídios e Subvenções Econômicas, PAC e a Complementação do FGTS.

No ano, os pagamentos da União no âmbito dos Acórdãos nº 825/2015 e nº 3297/2015 totalizaram R$ 72,4 bilhões, sendo R$ 16,8 bilhões de obrigações de 2015 e R$ 55,6 bilhões de passivos. Na ausência dos pagamentos de passivos, o resultado primário do governo central no acumulado do ano teria sido deficitário em R$ 59,4 bilhões.

Receitas do Governo Central

R$ Milhões - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)

Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2014 / 2015

Discriminação do Resultado	Jan-Dez		Variação	
	2014	2015	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	1.391.424,5	1.304.248,0	-87.176,5	-6,3%
I.1. Receitas do Tesouro	1.004.746,6	936.529,0	-68.217,5	-6,8%
Receita Bruta	1.030.469,3	969.801,3	-60.668,0	-5,9%
Impostos	480.952,8	466.085,7	-14.867,1	-3,1%
IR	346.435,0	336.512,5	-9.922,5	-2,9%
IPI	57.625,3	51.428,4	-6.196,9	-10,8%
Outros	76.892,5	78.144,8	1.252,3	1,6%
Contribuições	388.890,7	368.089,5	-20.801,2	-5,3%
COFINS	221.109,7	210.337,0	-10.772,7	-4,9%
CSLL	74.738,5	64.446,1	-10.292,5	-13,8%
Pis/Pasep	59.062,9	56.113,0	-2.949,9	-5,0%
CIDE-Combustíveis	15,6	3.394,1	3.378,5	-
Outras	33.963,9	33.799,4	-164,6	-0,5%
Demais	160.625,8	135.626,1	-24.999,7	-15,6%
Cota parte de compensações financeiras	44.882,6	29.513,2	-15.369,4	-34,2%
Diretamente arrecadadas	48.725,5	48.627,3	-98,2	-0,2%
Concessões	8.875,7	6.170,7	-2.705,1	-30,5%
Dividendos	21.592,8	12.359,3	-9.233,5	-42,8%
Outras	36.549,2	38.955,6	2.406,5	6,6%
(-) Restituições	-25.715,5	-33.261,2	-7.545,7	29,3%
(-) Incentivos Fiscais	-7,2	-11,1	-3,8	52,7%
I.2. Receitas da Previdência Social	382.982,1	364.496,2	-18.485,9	-4,8%
Receitas da Previdência Social - Urbano	375.406,4	357.126,9	-18.279,4	-4,9%
Receitas da Previdência Social - Rural	7.575,7	7.369,3	-206,4	-2,7%
I.3. Receitas do Banco Central	3.695,8	3.222,7	-473,1	-12,8%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

As receitas totais do Governo Central apresentaram decréscimo real de R$ 87,2 bilhões (6,3%) em relação ao acumulado de 2014. As principais variações da receita do Tesouro foram nos seguintes itens:

- decréscimo de R$ 19,1 bilhões (13,9%) em IRPJ e de R$ 10,3 bilhões (13,8%) em CSLL: decréscimos reais nos recolhimentos por estimativa e por lucro presumido e nos parcelamentos especiais;

- redução de R$ 15,4 bilhões (34,2%) em Cota Parte de Compensações Financeiras: efeito dos fatores determinantes da base de incidência do tributo, dentre eles a queda no preço internacional do petróleo;

- diminuição de R$ 10,8 bilhões (4,9%) na Cofins e de R$ 2,9 bilhões (5,0%) no PIS/Pasep: sobretudo devido ao decréscimo real no volume de vendas (7,8%), parcialmente compensado por arrecadação extraordinária de R$ 1,1 bilhão em fevereiro de 2015, bem como pelas alterações nas alíquotas do PIS/Cofins, incidentes sobre gasolina, diesel e na importação de bens e serviços;

- redução de R$ 9,2 bilhões (42,8%) em Dividendos: sobretudo devido aos recebimentos da Petrobras, de R$ 2,3 bilhões em 2014, sem correspondente em 2015; e do BNDES, que totalizaram R$ 10,4 bilhões em 2014 e R$ 5,0 bilhões em 2015;

- decréscimo de R$ 2,7 bilhões (30,5%) nas receitas de concessões: receita de concessões de R$ 5,7 bilhões em dezembro de 2014, advinda principalmente da outorga de serviços de telecomunicações (4G). As principais receitas de concessões em 2015 foram o recebimento no mês de maio de 2015, referente à outorga ao setor aeroportuário (R$ 1,2 bilhão) e de telecomunicações (1,7 bilhão), e em julho de 2015 referente à outorga ao setor aeroportuário (R$ 1,3 bilhão). Mencione-se ainda a reclassificação, no valor de R$ 1,1 bilhão, relativo à licitação de serviço de banda larga, cujo pagamento foi realizado sob depósito judicial em 2013 (para maiores detalhes, ver RTN de maio de 2015);

- aumento de R$ 11,1 bilhões (6,3%) em IRRF: associada, principalmente, à elevação na arrecadação do IRRF-Rendimentos do Capital (R$ 9,3 bilhões) derivado dos acréscimos nominais na arrecadação do imposto de renda incidente sobre fundos de renda fixa, na arrecadação sobre operações de swap e na arrecadação do item aplicações de renda fixa (PF e PJ);
- elevação de R$ 3,4 bilhões na arrecadação da CIDE-Combustíveis, devido à alteração das alíquotas sobre gasolina e diesel estabelecida pelo Decreto nº 8.395/2015 a partir de maio de 2015 (anteriormente com alíquota zero); e
- aumento de R$ 2,4 bilhões (6,6%) em Demais-Outras Receitas: impacto do parcelamento instituído pela Lei nº 12.996/2014, cujos recolhimentos em 2014 iniciaram-se somente a partir do mês de agosto, enquanto em 2015 vem sendo computados ao longo de todo o período analisado.

R$ Milhões - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)

Tabela 1.4 - Dividendos Pagos à União - Brasil - 2014 / 2015

Discriminação	Jan-Dez	
	2014	2015
Banco do Brasil	2.732,4	3.112,2
BNB	110,9	262,5
BNDES	10.375,3	4.972,0
Caixa	4.958,8	3.535,3
Correios	0,0	0,0
Eletrobrás	262,7	0,0
IRB	96,3	128,3
Petrobras	2.304,3	0,0
Demais	752,2	349,0
Total	21.592,8	12.359,3

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Transferências do Tesouro Nacional

R$ Milhões - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)

Tabela 1.5 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2014/2015

Discriminação do Resultado	Jan-Dez		Variação	
	2014	2015	Diferença	% Real (IPCA)
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	239.088,4	225.332,8	-13.755,6	-5,8%
Transferências Constitucionais	178.377,0	173.011,2	-5.365,9	-3,0%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002	4.493,4	3.997,8	-495,6	-11,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	136,0	459,2	323,2	237,7%
Demais Transferências	56.082,1	47.864,7	-8.217,4	-14,7%
Salário Educação	12.291,3	12.960,6	669,3	5,4%
Royalties	28.553,9	19.639,3	-8.914,7	-31,2%
Fundef/Fundeb	12.376,5	13.996,7	1.620,2	13,1%
Outras	2.860,4	1.268,2	-1.592,2	-55,7%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração

As transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, decréscimo real de R$ 13,8 bilhões (5,8%), em relação ao acumulado de 2014, passando de R$ 239,1 bilhões em 2014 para R$ 225,3 bilhões em 2015. As principais reduções ocorreram nas transferências relativas aos seguintes itens:

- decréscimo de R$ 8,9 bilhões (31,2%) nas transferências relativas a royalties: redução da receita de cota parte de compensações financeiras, explicada pelo comportamento dos fatores determinantes da base de incidência do tributo compartilhado, dentre eles o preço internacional do petróleo;
- diminuição de R$ 5,4 bilhões (3,0%) em Transferências Constitucionais: reflexo da redução da arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI); e

- redução de R$ 495,6 milhões (11,0%) referente às transferências da Lei Complementar nº 115/2002: transferência em janeiro de 2014, no montante de R$ 1,9 bilhão, a título de auxílio financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios (MP nº 629/2013), evento sem correspondência em 2015.

Por sua vez, as principais elevações no período foram nas transferências no âmbito do Fundeb (R$ 1,6 bilhão, 13,1%), do Salário Educação (R$ 669,3 milhões, 5,4%) e da Cide-Combustíveis (R$ 323,2 milhões, 237,7%).

Despesas do Governo Central

R$ Milhões - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)

Tabela 1.6 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2014 / 2015

Discriminação	Jan-Dez		Variação	
	2014	2015	Diferença	% Real (IPCA)
I. DESPESA TOTAL	1.171.052,7	1.195.516,9	24.464,2	2,1%
I.1. Despesas do Tesouro	719.816,5	737.868,2	18.051,7	2,5%
Pessoal e Encargos Sociais	249.687,5	245.462,3	-4.225,3	-1,7%
Custeio e Capital	467.211,3	489.919,1	22.707,8	4,9%
Despesa do FAT	61.705,5	49.988,2	-11.717,3	-19,0%
Subsídios e Subvenções Econômicas	10.225,6	59.960,1	49.734,5	486,4%
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	43.814,0	44.364,8	550,9	1,3%
Auxílio à CDE	10.481,4	1.377,4	-9.104,0	-86,9%
Outras Despesas de Custeio e Capital	340.984,8	334.228,5	-6.756,3	-2,0%
Outras Despesas de Custeio	252.662,3	276.232,1	23.569,8	9,3%
Outras Despesas de Capital	88.322,5	57.996,3	-30.326,2	-34,3%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	2.917,6	2.486,8	-430,8	-14,8%
I.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	447.414,2	453.693,1	6.278,9	1,4%
Benefícios Previdenciários - Urbano	346.718,2	351.672,2	4.953,9	1,4%
Benefícios Previdenciários - Rural	100.696,0	102.021,0	1.325,0	1,3%
I.3. Despesas do Banco Central	3.822,0	3.955,5	133,6	3,5%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos da complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.
2. Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.
3. Inclui despesas do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme Lei n° 12.693/2012.
4. Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

As despesas do Governo Central aumentaram R$ 24,5 bilhões (2,1%) em relação ao acumulado de 2014. Esse crescimento ocorreu tanto no âmbito das despesas do Tesouro Nacional, no montante de R$ 18,1 bilhões (2,5%) quanto nas despesas da Previdência Social (R$ 6,3 bilhões, 1,4%). É importante observar que o crescimento das despesas do Tesouro Nacional é explicado em grande parte pelo impacto dos pagamentos da União no âmbito dos Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015 nas despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas, com a Complementação do FGTS e com o PAC. Estas e outras variações das despesas do Tesouro Nacional estão listadas a seguir:

- aumento de R$ 49,7 bilhões (486,4%) em Subsídios e Subvenções Econômicas: a principal porção do aumento é devida aos pagamentos vinculados ao Programa de Sustentação do Investimento – PSI (incremento de R$ 30,5 bilhões). Também merecem destaque o Pronaf (aumento de R$ 9,5 bilhões), o Custeio Agropecuário

(crescimento de R$ 4,5 bilhões), e o Programa de Investimento Rural (incremento de R$ 2,5 bilhões). As despesas em dezembro de 2015 desta rubrica foram sensibilizadas pelos pagamentos ao Banco do Brasil e ao BNDES, no âmbito dos Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015;

- elevação de R$ 16,2 bilhões com a Complementação do FGTS (LC nº 110/01): conforme programação financeira definida no Decreto nº 8.456/2015 e suas alterações. Este crescimento se explica principalmente pelo pagamento de R$ 11,5 bilhões realizado no mês dezembro de 2015 devido ao adiantamento pelo FGTS ao programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), em conformidade com os Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015;
- aumento de R$ 6,0 bilhões (29,1%) em Compensação de RGPS: devido ao aumento dos setores beneficiados pela desoneração da folha salarial (Lei nº 13.043/2014);
- diminuição de R$ 26,2 bilhões (11,5%) nas despesas Discricionárias: em particular nos Ministérios da Saúde (6,9%) e da Educação (17,6%), respeitados os limites constitucionais. É importante destacar que a despesas discricionárias do executivo, em termos reais (a preços de dezembro de 2015, deflacionados pelo IPCA), foram reduzidas a nível inferior ao registrado no exercício de 2013;
- decréscimo de R$ 16,7 bilhões (25,4%) nas despesas do PAC: conforme programação financeira definida no Decreto nº 8.456/2015 e suas alterações. A maior execução de despesa com o PAC em dezembro de 2015 (R$ 12,3 bilhões) não foi suficiente para reverter a queda no acumulado do ano da despesa com o programa;

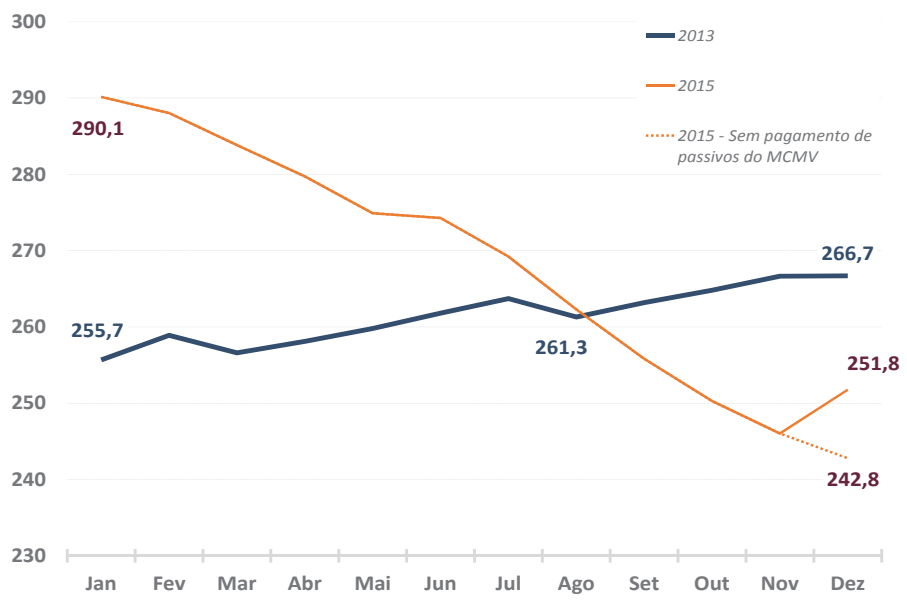
R$ Milhões - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)

Tabela 1.7 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2014 / 2015

Discriminação	Jan-Dez		Variação	
	2014	2015	Diferença	% Real (IPCA)
Precatórios e Sentenças	5.396,8	9.960,2	4.563,4	84,6%
Legislativo	1.902,3	1.753,6	-148,7	-7,8%
Judiciário	9.930,1	10.516,8	586,7	5,9%
Crédito Extraordinário	4.612,0	6.281,8	1.669,8	36,2%
PAC	65.724,1	48.998,8	-16.725,3	-25,4%
d/q MCMV	19.867,4	21.324,8	1.457,4	7,3%
Fundo Constitucional DF	1.381,0	7.383,6	6.002,6	434,7%
Outras	2.454,5	3.757,0	1.302,5	53,1%
Compensação RGPS	20.472,6	26.437,3	5.964,7	29,1%
Complementação do FGTS	1.011,8	17.196,0	16.184,2	-
Discricionárias	228.099,6	201.943,4	-26.156,2	-11,5%
Min. da Saúde	96.179,3	89.503,4	-6.675,9	-6,9%
Min. do Des. Social	35.476,6	31.706,8	-3.769,8	-10,6%
Min. da Educação	41.369,4	34.081,9	-7.287,5	-17,6%
Demais	55.074,2	46.651,3	-8.423,0	-15,3%
Total	340.984,8	334.228,5	-6.756,3	-2,0%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

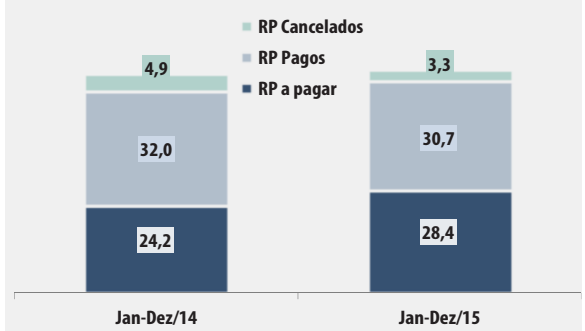
Gráfico 1. Despesas Discricionárias* do Executivo - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)
Brasil - Acumulado em 12 meses - 2013/2015 - R$ Bilhões



*Ótica dos Decretos de Programação Orçamentária e Financeira que inclui a execução do PAC nas despesas discricionárias.
Fonte: Tesouro Nacional. Obs.: Dados sujeitos a alteração.

- redução de R$ 11,7 bilhões (19,0%) nas despesas do FAT: explicado pelo decréscimo de R$ 2,2 bilhões (5,2%) no Seguro Desemprego e de R$ 9,4 bilhões (50,0%) no Abono Salarial, esse último reflexo do calendário de pagamento definido na Resolução CODEFAT nº 748/2015;
- decréscimo de R$ 9,1 bilhões (86,9%) no Auxílio à CDE: os pagamentos se encerraram em janeiro de 2015, conforme definido na programação financeira do ano; e
- diminuição de R$ 4,2 bilhões (1,7%) em Pessoal e Encargos Sociais.

Gráfico 2. Execução de Restos a Pagar - Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)
Brasil - 2014/2015 - R$ Bilhões



O montante de restos a pagar (RP) pagos até dezembro de 2015 relativos a despesas discricionárias com custeio, investimento e inversões, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e crédito extraordinário, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, correspondeu a R$ 30,7 bilhões, contra R$ 32,0 bilhões no mesmo período do ano anterior. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Educação (R$ 5,4 bilhões) e da Saúde (R$ 5,7 bilhões).

R$ Milhões - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)

Tabela 1.8 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Brasil - 2014/2015

Discriminação	Jan-Dez		Variação	
	2014	2015	Diferença	% Real (IPCA)
Agricultura	3.013,3	19.271,2	16.257,9	539,5%
Custeio Agropecuário	730,5	5.267,2	4.536,7	621,1%
Investimento Rural	81,3	2.536,0	2.454,8	-
Preços Agrícolas	1.039,2	864,9	-174,3	-16,8%
EGF	8,7	306,4	297,7	-
AGF	520,9	24,1	-496,8	-95,4%
Sustent. de preços	509,6	534,4	24,8	4,9%
Pronaf	579,8	10.055,9	9.476,1	-
Pesa	412,6	324,6	-88,0	-21,3%
Álcool	0,0	51,7	51,7	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	-
Fundo da Terra/Incra	48,7	63,7	15,0	30,7%
FUNCAFÉ	118,0	104,6	-13,4	-11,3%
Revitaliza	3,2	2,5	-0,7	-21,3%
Outros	7.212,3	40.689,0	33.476,6	464,2%
PSI	126,6	30.618,3	30.491,8	-
Op. Microcredito (EQMPO)	413,9	425,3	11,4	2,8%
Op. Microcredito (EQPCD)	1,0	5,3	4,3	449,8%
FND	0,0	0,0	0,0	-
FSA	141,3	537,5	396,2	280,3%
Exportação (Proex)	710,3	363,9	-346,4	-48,8%
Itaipu	462,8	832,6	369,8	79,9%
Subvenções Econômicas	175,6	0,0	-175,6	-100,0%
Subvenções aos Fundos Regionais	5.178,5	6.618,8	1.440,2	27,8%
Demais Subsídios e Subvenções	2,34	1.287,23	1.284,9	-
Total	10.225,6	59.960,1	49.734,5	486,4%

Fonte: Tesouro Nacional

Previdência Social

Comparativamente ao acumulado entre janeiro e dezembro de 2014, o déficit da Previdência aumentou de R$ 64,4 bilhões para R$ 89,2 bilhões (38,4%) em termos reais. A arrecadação líquida diminuiu em relação ao acumulado do ano anterior em R$ 18,5 bilhões (4,8%), resultado do efeito conjugado dos seguintes fatores:

R$ Milhões - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)

Tabela 1.9 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2014/2015

Discriminação do Resultado	Jan-Dez		Variação	
	2014	2015	Diferença	% Real (IPCA)
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	382.982,1	364.496,2	-18.485,9	-4,8%
Arrecadação Bruta	426.573,6	405.837,6	-20.736,1	-4,9%
Contribuição Previdenciária	362.412,36	339.820,61	-22.591,7	-6,2%
Simples	41.107,41	37.136,28	-3.971,1	-9,7%
CFT	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	2.431,4	2.339,0	-92,4	-3,8%
Refis	149,9	104,3	-45,6	-30,4%
Compensação RGPS	20.472,6	26.437,3	5.964,7	29,1%
(-) Restituição/Devolução	-2.022,9	-1.730,8	292,2	-14,4%
(-) Transferências a Terceiros	-41.568,6	-39.610,5	1.958,0	-4,7%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	447.414,2	453.693,1	6.278,9	1,4%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-64.432,1	-89.196,9	-24.764,8	38,4%

Fonte: Ministério da Previdência Social
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

- diminuição de R$ 22,6 bilhões (6,2%) nas contribuições previdenciárias: resultado influenciado pela inclusão de novos setores na desoneração da folha salarial (Leis nº 12.844/2013 e nº 12.860/2013). Nesse sentido, é realizada a compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social, nos termos da Portaria Conjunta RFB/MF/INSS/MPS n° 2, de 28 de abril de 2013. Acrescente-se ainda a redução real da massa salarial habitual, de 4,5%, apurada pela PME/IBGE, para o período de dezembro de 2014 a novembro de 2015, frente a igual período do ano anterior; e

- acréscimo de R$ 6,0 bilhões (29,1%) no montante de compensações do RGPS: inclusão de novos setores na desoneração da folha salarial citados anteriormente.

As despesas com benefícios previdenciários aumentaram R$ 6,3 bilhões (1,4%) em termos reais, comparativamente a 2014, devido à elevação de 708,1 mil no número de benefícios emitidos em 2015 (2,6%), parcialmente compensada pela redução do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência em R$ 11,69 (1,0%).

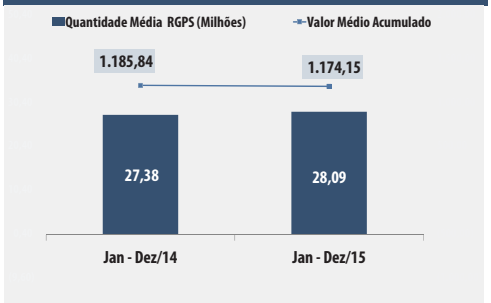
R$ Milhões - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)

Tabela 1.10 - Resultado da Previdência Social - Brasil - 2014/2015

Discriminação	Jan-Dez		Variação	
	2014	2015	Diferença	% Real (IPCA)
CONTRIBUIÇÃO	382.982,1	364.496,2	-18.485,9	-4,8%
Urbano	375.406,4	357.126,9	-18.279,4	-4,9%
Rural	7.575,7	7.369,3	-206,4	-2,7%
BENEFÍCIOS	447.414,2	453.693,1	6.278,9	1,4%
Urbano	346.718,2	351.672,2	4.953,9	1,4%
Rural	100.696,0	102.021,0	1.325,0	1,3%
RESULTADO PRIMÁRIO	-64.432,1	-89.196,9	-24.764,8	38,4%
Urbano	28.688,2	5.454,8	-23.233,4	-81,0%
Rural	-93.120,3	-94.651,7	-1.531,4	1,6%

Fonte: Ministério da Previdência Social
Obs.1: Dados sujeitos a alteração.
Obs.2: A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Gráfico 3. Benefícios Emitidos pela Previdência Brasil - 2014/2015



Resultado do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

A Preços Constantes de Dezembro de 2015 (IPCA)

R$ Milhões - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)

Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2014/2015

Discriminação do Resultado	2014	2015	Variação	
	Dezembro	Dezembro	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	133.927,4	130.089,7	-3.837,7	-2,9%
Receitas do Tesouro	85.091,7	81.124,4	-3.967,3	-4,7%
Receitas da Previdência Social	48.383,5	48.695,4	311,9	0,6%
Receitas do Banco Central	452,1	269,9	-182,3	-40,3%
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	24.269,6	22.525,0	-1.744,6	-7,2%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	109.657,7	107.564,6	-2.093,1	-1,9%
IV. DESPESA TOTAL	108.481,2	169.146,8	60.665,5	55,9%
Despesas do Tesouro	61.695,4	123.094,3	61.398,8	99,5%
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	46.425,5	45.653,6	-771,9	-1,7%
Despesas do Banco Central	360,2	398,9	38,7	10,7%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	0,0	855,0	855,0	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV -+V)	1.176,5	-60.727,1	-61.903,6	-
Tesouro Nacional	-873,4	-64.494,9	-63.621,5	-
Previdência Social (RGPS)	1.958,0	3.041,8	1.083,8	55,4%
Banco Central	91,9	-129,0	-221,0	-

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A preços de dezembro de 2015, o resultado primário do Governo Central passou de um superávit de R$ 1,2 bilhão em dezembro de 2014 para um déficit de R$ 60,7 bilhões em dezembro de 2015, o que representou um decréscimo de R$ 61,9 bilhões. Essa variação é explicada principalmente pelo aumento da despesa total, de R$ 60,7 bilhões, e também pela queda da receita líquida total em R$ 2,1 bilhões. Houve, no mês de dezembro de 2015, resgate de R$ 855,0 milhões em cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE por parte do FSB, conforme previsto nos decretos de programação orçamentária e financeira.

Destaque-se que o resultado do mês de dezembro foi significativamente afetado pelos pagamentos da União aos bancos públicos e ao FGTS, em conformidade com o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), pronunciado por meio do Acórdão nº 825/2015 e ratificado pelo Acórdão nº 3.297/2015 (vide boxe 01). Os referidos pagamentos totalizaram R$ 55,8 bilhões no mês de dezembro, incluídas as obrigações de 2015.

Receitas do Governo Central

R$ Milhões - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)

Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2014 / 2015

Discriminação do Resultado	2014 Dezembro	2015 Dezembro	Variação Diferença	Variação % Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	133.927,4	130.089,7	-3.837,7	-2,9%
I.1. Receitas do Tesouro	85.091,7	81.124,4	-3.967,3	-4,7%
Receita Bruta	87.910,2	86.831,9	-1.078,3	-1,2%
Impostos	41.590,9	42.985,4	1.394,5	3,4%
IR	30.120,1	33.055,9	2.935,9	9,7%
IPI	5.003,9	4.112,5	-891,4	-17,8%
Outros	6.466,9	5.816,9	-650,0	-10,1%
Contribuições	30.476,6	28.780,1	-1.696,5	-5,6%
COFINS	18.527,7	17.052,2	-1.475,5	-8,0%
CSLL	4.171,4	3.822,9	-348,5	-8,4%
Pis/Pasep	4.975,6	4.491,9	-483,7	-9,7%
CIDE-Combustíveis	0,5	467,7	467,2	-
Outras	2.801,4	2.945,3	144,0	5,1%
Demais	15.842,8	15.066,5	-776,3	-4,9%
Cota parte de compensações financeiras	1.848,0	1.397,7	-450,4	-24,4%
Diretamente arrecadadas	3.946,1	3.590,2	-355,9	-9,0%
Concessões	5.651,3	191,8	-5.459,5	-96,6%
Dividendos	1.147,4	6.015,3	4.867,9	424,2%
Outras	3.249,9	3.871,5	621,6	19,1%
(-) Restituições	-2.818,5	-5.707,5	-2.889,0	102,5%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.2. Receitas da Previdência Social	48.383,5	48.695,4	311,9	0,6%
Receitas da Previdência Social - Urbano	47.653,5	47.960,1	306,6	0,6%
Receitas da Previdência Social - Rural	730,0	735,3	5,3	0,7%
I.3. Receitas do Banco Central	452,1	269,9	-182,3	-40,3%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou redução real de R$ 1,1 bilhão (1,2%), passando de R$ 87,9 bilhões para R$ 86,8 bilhões entre dezembro de 2014 e o mesmo mês de 2015. Esse comportamento deveu-se ao decréscimo de R$ 1,7 bilhão (5,6%) em Contribuições e de R$ 776,3 milhões (4,9%) nas Demais Receitas, parcialmente compensados pelo acréscimo de R$ 1,4 bilhão (3,4%) na arrecadação de impostos.

A arrecadação de impostos e contribuições foi afetada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- decréscimo de R$ 1,5 bilhão (8,0%) na receita da Cofins e de R$ 483,7 milhões (9,7%) do PIS/Pasep: decréscimo real de 13,2% no volume de vendas de novembro de 2015 em relação a novembro de 2014 (PMC-IBGE), parcialmente compensado pelo aumento das alíquotas incidentes sobre combustíveis e sobre a importação de bens e serviços e da tributação de receitas financeiras (Decreto nº 8.426/15). O resultado também foi influenciado pela depreciação cambial ocorrida no período;
- redução de R$ 996,9 milhões (13,3%) na arrecadação com IRPJ e redução de R$ 348,5 milhões (8,4%) na arrecadação com CSLL: decréscimo real de 9,4% na arrecadação da estimativa mensal, redução de 15,0% na arrecadação do lucro presumido;
- diminuição de R$ 891,4 milhões (17,8%) na arrecadação do IPI: explicada principalmente pelo decréscimo de R$ 540,3 milhões (22,8%) no IPI-Outros, influenciado pela redução de 12,4% na produção industrial de novembro de 2015 em relação a novembro de 2014; e
- aumento de R$ 3,9 bilhões (18,6%) em IRRF, explicado principalmente pelo aumento de R$ 2,8 bilhões (31,9%) em IRRF – Rendimentos de capital: acréscimos nominais de 42,6% na arrecadação do imposto de renda incidente sobre fundos de renda fixa e de 17,3% na arrecadação do item aplicações de renda fixa (PF e PJ), em

decorrência do aumento da taxa de juros conjugado com o crescimento nominal de 633,7% na arrecadação sobre operações de swap e de 67,8% na arrecadação do item juros sobre capital próprio.

As demais receitas sofreram redução de R$ 776,3 (4,9%) quando comparadas a dezembro de 2014. Este resultado se explica, principalmente pelos:

- decréscimo de R$ 5,5 bilhões (96,6%) em Concessões: resultado influenciado, predominantemente, pela arrecadação em dezembro de 2014 decorrente da outorga de serviços de telecomunicações (4G), sem contrapartida este ano; e

- aumento de R$ 4,9 bilhões (424,2%) em Dividendos: resultado influenciado predominantemente pela ocorrência de dividendos no BNDES no valor de R$ 5,0 bilhões, fato que não havia ocorrido em dezembro de 2014 e pelo aumento de R$ 100,4 milhões (18,4%) do Banco do Brasil, em pequena parte compensado pela queda de R$ 117,2 milhões (23,5%) da Caixa Econômica Federal.

Transferências do Tesouro Nacional

As transferências a Estados e Municípios apresentaram redução de R$ 1,7 bilhão (7,2%), passando de R$ 24,3 bilhões em dezembro de 2014 para R$ 22,5 bilhões em dezembro de 2015. As principais variações no período foram:

R$ Milhões - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)

Tabela 2.3 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2014/2015

Discriminação do Resultado	2014	2015	Variação	
	Dezembro	Dezembro	Diferença	% Real (IPCA)
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	24.269,6	22.525,0	-1.744,6	-7,2%
Transferências Constitucionais	19.963,0	18.479,2	-1.483,9	-7,4%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002	359,7	650,0	290,3	80,7%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-
Demais Transferências	3.946,9	3.395,9	-551,0	-14,0%
Salário Educação	974,9	857,0	-117,8	-12,1%
Royalties	2.107,1	1.642,1	-465,0	-22,1%
Fundef/Fundeb	759,0	773,1	14,1	1,9%
Outras	105,9	123,7	17,8	16,8%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração

- diminuição de R$ 1,5 bilhão (7,4%) nas Transferências Constitucionais, reflexo da variação da arrecadação decendial dos tributos compartilhados (IR e IPI); e

- redução de R$ 465,0 milhões (22,1%) na rubrica Royalties: diminuição das participações especiais pela exploração de petróleo e gás natural, decorrente, predominantemente, da queda no preço internacional do petróleo.

Despesas do Governo Central

R$ Milhões - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)

Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2014 / 2015

Discriminação	2014	2015	Variação	
	Dezembro	Dezembro	Diferença	% Real (IPCA)
I. DESPESA TOTAL	108.481,2	169.146,8	60.665,5	55,9%
I.1. Despesas do Tesouro	61.695,4	123.094,3	61.398,8	99,5%
Pessoal e Encargos Sociais	25.559,6	25.083,3	-476,3	-1,9%
Custeio e Capital	35.744,5	97.784,0	62.039,4	173,6%
Despesa do FAT	3.827,6	3.604,9	-222,6	-5,8%
Subsídios e Subvenções Econômicas	590,6	35.584,8	34.994,3	-
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	3.611,1	3.522,6	-88,5	-2,5%
Auxílio à CDE	229,9	-	-229,9	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	27.485,4	55.071,6	27.586,2	100,4%
Outras Despesas de Custeio	23.146,1	49.060,6	25.914,5	112,0%
Outras Despesas de Capital	4.339,3	6.010,9	1.671,7	38,5%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	391,3	227,0	-164,3	-42,0%
I.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	46.425,5	45.653,6	-771,9	-1,7%
Benefícios Previdenciários - Urbano	37.594,0	36.564,5	-1.029,5	-2,7%
Benefícios Previdenciários - Rural	8.831,5	9.089,1	257,5	2,9%
I.3. Despesas do Banco Central	360,2	398,9	38,7	10,7%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Houve acréscimo de R$ 61,4 bilhões (99,5%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação ao mesmo mês do ano anterior. Esta variação é explicada principalmente pelo impacto dos pagamentos da União aos bancos públicos e ao FGTS, no âmbito dos acórdãos do TCU nº 825/2015 e nº 3.297/2015.

Comparado a dezembro de 2014, o aumento dos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas concentrou-se nas despesas relacionadas ao PSI (R$ 22,9 bilhões), ao Pronaf (R$ 6,2 bilhões) e ao Programa de Equalização de Custeio Agropecuário (R$ 2,9 bilhões).

O aumento dos gastos com Outras Despesas de Custeio e Capital deveu-se, principalmente, aos seguintes fatores:

- elevação de R$ 11,5 bilhões em Complementação do FGTS (LC nº 110/01): conforme programação financeira definida no Decreto nº 8.456/2015 suas alterações. Essa rubrica foi afetada pelos pagamentos no âmbito dos acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015;
- aumento de R$ 8,1 bilhões (194,6%) nos gastos com o PAC: conforme programação financeira definida no Decreto nº 8.456/2015 e suas alterações. Essa rubrica foi afetada pelos pagamentos no âmbito dos acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015; e
- acréscimo de R$ 4,2 bilhões (214,9%) em Compensação de RGPS: devido ao aumento dos setores beneficiados pela desoneração da folha salarial (Lei nº 13.043/2014).

R$ Milhões - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)

Tabela 2.5 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2014 / 2015

Discriminação	2014	2015	Variação	
	Dezembro	Dezembro	Diferença	% Real (IPCA)
Precatórios e Sentenças	4.096,2	7.268,0	3.171,8	77,4%
Legislativo	228,4	169,0	-59,5	-26,0%
Judiciário	1.065,0	968,5	-96,5	-9,1%
Crédito Extraordinário	223,2	3.189,4	2.966,2	-
PAC	4.182,3	12.320,2	8.137,9	194,6%
d/q MCMV	1.001,6	9.269,1	8.267,5	825,4%
Fundo Constitucional DF	144,4	380,4	235,9	163,4%
Outras	130,2	250,3	120,1	92,2%
Compensação RGPS	1.966,1	6.191,3	4.225,2	214,9%
Complementação do FGTS	221,3	11.458,1	11.236,8	-
Discricionárias	15.228,2	12.876,4	-2.351,8	-15,4%
Min. da Saúde	6.734,7	4.276,4	-2.458,3	-36,5%
Min. do Des. Social	3.125,1	2.322,9	-802,1	-25,7%
Min. da Educação	2.793,1	2.164,4	-628,7	-22,5%
Demais	2.575,3	4.112,7	1.537,4	59,7%
Total	27.485,4	55.071,6	27.586,2	100,4%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Previdência Social

O resultado primário da Previdência Social passou de um déficit de R$ 2,7 bilhões em dezembro de 2014 para superávit de R$ 3,0 bilhões em dezembro de 2015, representando uma diferença de R$ 5,8 bilhões, devido principalmente aos seguintes fatores:

- aumento de R$ 4,4 bilhões (248,5%) na Compensação ao RGPS, em decorrência do pagamento dos valores relativos aos meses de outubro, novembro e dezembro, que foi realizado neste mês por meio de abertura de créditos adicionais ao orçamento.
- elevação de 457,4 mil no número de benefícios emitidos em dezembro 2015 (1,6%), parcialmente compensada pela redução do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência em R$ 27,62 (2,6%).

R$ Milhões - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)

Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2014/2015

Discriminação do Resultado	2014	2015	Variação	
	Dezembro	Dezembro	Diferença	% Real (IPCA)
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	43.717,3	48.695,4	4.978,1	11,4%
Arrecadação Bruta	47.406,7	51.915,2	4.508,5	9,5%
Contribuição Previdenciária	41.756,4	42.426,0	669,6	1,6%
Simples	3.593,3	3.090,3	-503,0	-14,0%
CFT	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	264,3	204,6	-59,7	-22,6%
Refis	16,2	3,0	-13,2	-81,6%
Compensação RGPS	1.776,5	6.191,3	4.414,8	248,5%
(-) Restituição/Devolução	-648,9	-201,7	447,2	-68,9%
(-) Transferências a Terceiros	-3.040,5	-3.018,1	22,4	-0,7%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	46.425,5	45.653,6	-771,9	-1,7%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.708,2	3.041,8	5.750,0	-

Fonte: Ministério da Previdência Social
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Resultado do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

A Preços Constantes de Dezembro de 2015 (IPCA)

R$ Milhões - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)

Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2014/2015

Discriminação do Resultado	2015 Novembro	2015 Dezembro	Variação Diferença	Variação % Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	93.117,9	130.089,7	36.971,8	39,7%
Receitas do Tesouro	66.636,9	81.124,4	14.487,5	21,7%
Receitas da Previdência Social	26.202,4	48.695,4	22.493,0	85,8%
Receitas do Banco Central	278,6	269,9	-8,7	-3,1%
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	18.049,7	22.525,0	4.475,3	24,8%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	75.068,1	107.564,6	32.496,5	43,3%
IV. DESPESA TOTAL	96.501,8	169.146,8	72.644,9	75,3%
Despesas do Tesouro	55.033,3	123.094,3	68.061,0	123,7%
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	41.142,2	45.653,6	4.511,4	11,0%
Despesas do Banco Central	326,4	398,9	72,5	22,2%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	-	855,00	855,00	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV +V)	-21.433,7	-60.727,1	-39.293,4	183,3%
Tesouro Nacional	-6.446,1	-64.494,9	-58.048,8	900,5%
Previdência Social (RGPS)	-14.939,8	3.041,8	17.981,6	-
Banco Central	-47,9	-129,0	-81,2	169,5%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em dezembro de 2015, o resultado primário do Governo Central foi deficitário em R$ 60,7 bilhões, contra déficit de R$ 21,4 bilhões em novembro de 2015, a preços constantes de dezembro. Essa diferença é explicada, principalmente, pelo aumento da despesa do Tesouro em R$ 68,1 bilhões (123,7%), concentrada em pagamentos de Subsídios e Subvenções econômicas (R$ 35,6 bilhões), Complementação do FGTS (R$ 11,5 bilhões) e do PAC (R$ 12,3 bilhões). As despesas discricionárias diminuíram R$ 3,4 bilhões.

Vale destacar que o resultado do mês de dezembro foi significativamente afetado pelos pagamentos da União aos bancos públicos e ao FGTS, em conformidade com o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), pronunciado por meio do Acórdão nº 825/2015 e ratificado pelo Acórdão nº 3297/2015 (vide boxe 01). Os referidos pagamentos totalizaram R$ 55,8 bilhões no mês de dezembro, incluídas as obrigações referentes a 2015. O crescimento das despesas foi parcialmente compensado pelo aumento da receita líquida do Governo Central em R$ 32,5 bilhões (43,3%), resultado do recebimento de dividendos (R$ 6,0 bilhões), além de fatores sazonais, como a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13º salário em dezembro e o recolhimento semestral do IRRF-Rendimentos do Capital sobre aplicações financeiras em fundos de renda fixa (Lei nº 10.892/2004). Houve, no mês de dezembro de 2015, resgate de R$ 855,0 milhões em cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE por parte do FSB, conforme previsto nos decretos de programação orçamentária e financeira.

Receitas do Governo Central

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R$ 16,5 bilhões (23,4%), passando de R$ 70,4 bilhões, em novembro de 2015, para R$ 86,8 bilhões em dezembro. Merecem destaque as seguintes variações:

- acréscimo da receita de impostos em R$ 9,8 bilhões (29,3%): o crescimento é explicado principalmente pelo aumento da arrecadação do IRRF em R$ 10,7 bilhões (74,1%), passando de R$ 14,4 bilhões em novembro de 2015 para R$ 25,1 bilhões em dezembro do mesmo ano: (i) aumento na arrecadação do IRRF – Rendimentos do Capital em R$ 7,9 bilhões (210,7%) em função da apuração semestral sobre aplicações financeiras em fundos de renda fixa, com recolhimento em junho e dezembro (Lei nº 10.892/2004) e (ii) aumento na arrecadação do IRRF – Remessas ao Exterior em 1,8 bilhão (117,9%); e

- crescimento de R$ 6,9 bilhões (84,7%) nas demais receitas: aumento de R$ 6,0 bilhões da receita com dividendos, sendo R$ 5,0 bilhões provenientes do BNDES.

R$ Milhões - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)

Tabela 3.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2014 / 2015

Discriminação do Resultado	2015 Novembro	2015 Dezembro	Variação Diferença	Variação % Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	93.117,9	130.089,7	36.971,8	39,7%
I.1. Receitas do Tesouro	66.636,9	81.124,4	14.487,5	21,7%
Receita Bruta	70.374,1	86.831,9	16.457,8	23,4%
Impostos	33.233,8	42.985,4	9.751,6	29,3%
IR	23.173,2	33.055,9	9.882,7	42,6%
IPI	4.047,0	4.112,5	65,5	1,6%
Outros	6.013,5	5.816,9	-196,6	-3,3%
Contribuições	28.982,9	28.780,1	-202,9	-0,7%
COFINS	17.365,4	17.052,2	-313,2	-1,8%
CSLL	3.837,3	3.822,9	-14,4	-0,4%
Pis/Pasep	4.602,3	4.491,9	-110,3	-2,4%
CIDE-Combustíveis	457,9	467,7	9,8	2,1%
Outras	2.720,1	2.945,3	225,3	8,3%
Demais	8.157,4	15.066,5	6.909,1	84,7%
Cota parte de compensações financeiras	1.579,5	1.397,7	-181,9	-11,5%
Diretamente arrecadadas	3.396,4	3.590,2	193,8	5,7%
Concessões	70,6	191,8	121,2	171,8%
Dividendos	18,4	6.015,3	5.997,0	-
Outras	3.092,5	3.871,5	778,9	25,2%
(-) Restituições	-3.737,2	-5.707,5	-1.970,3	52,7%
(-) Incentivos Fiscais	-	-	-	-
I.2. Receitas da Previdência Social	26.202,4	48.695,4	22.493,0	85,8%
Receitas da Previdência Social - Urbano	25.586,0	47.960,1	22.374,1	87,4%
Receitas da Previdência Social - Rural	616,4	735,3	118,9	19,3%
I.3. Receitas do Banco Central	278,6	269,9	-8,7	-3,1%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Transferências do Tesouro Nacional

R$ Milhões - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)

Tabela 3.3 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2014/2015

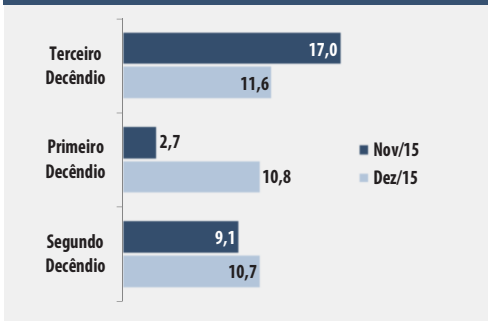
Discriminação do Resultado	2015 Novembro	2015 Dezembro	Variação Diferença	Variação % Real (IPCA)
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	18.049,7	22.525,0	4.475,3	24,8%
Transferências Constitucionais	13.206,0	18.479,2	5.273,2	39,9%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002	656,2	650,0	-6,2	-1,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-
Demais Transferências	4.187,5	3.395,9	-791,6	-18,9%
Salário Educação	899,0	857,0	-42,0	-4,7%
Royalties	2.383,4	1.642,1	-741,3	-31,1%
Fundef/Fundeb	780,5	773,1	-7,4	-1,0%
Outras	124,6	123,7	-0,9	-0,7%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração

Em dezembro de 2015, as transferências da União aos Estados e Municípios apresentaram aumento de R$ 4,5 bilhões (24,8%), totalizando R$ 22,5 bilhões, contra R$ 18,0 bilhões no mês anterior. Esse comportamento decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- acréscimo de R$ 5,3 bilhões (39,9%) nas transferências constitucionais, sobretudo, em função do repasse previsto na Emenda Constitucional nº 55/2007; e
- decréscimo de R$ 791,6 milhões (18,9%) nas demais transferências, reflexo da diminuição de R$ 741,3 milhões (31,1%) nas transferências ligadas aos royalties, em decorrência da sazonalidade do repasse de recursos provenientes da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

Gráfico 4. Base de Cálculo Transferências Constitucionais Brasil - 2014/2015



Despesas do Governo Central

R$ Milhões - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)

Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2014 / 2015				
Discriminação	2015	2015	Variação	
	Novembro	Dezembro	Diferença	% Real (IPCA)
I. DESPESA TOTAL	96.501,8	169.146,8	72.644,9	75,3%
I.1. Despesas do Tesouro	55.033,3	123.094,3	68.061,0	123,7%
Pessoal e Encargos Sociais	24.091,1	25.083,3	992,1	4,1%
Custeio e Capital	30.730,3	97.784,0	67.053,7	218,2%
Despesa do FAT	4.163,7	3.604,9	-558,8	-13,4%
Subsídios e Subvenções Econômicas	891,1	35.584,8	34.693,7	-
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	3.687,7	3.522,6	-165,1	-4,5%
Auxílio à CDE	-	0,0	0,0	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	21.987,7	55.071,6	33.083,9	150,5%
Outras Despesas de Custeio	18.275,5	49.060,6	30.785,1	168,4%
Outras Despesas de Capital	3.712,1	6.010,9	2.298,8	61,9%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	211,9	227,0	15,1	7,1%
I.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	41.142,2	45.653,6	4.511,4	11,0%
Benefícios Previdenciários - Urbano	30.622,2	36.564,5	5.942,4	19,4%
Benefícios Previdenciários - Rural	10.520,0	9.089,1	-1.430,9	-13,6%
I.3. Despesas do Banco Central	326,4	398,9	72,5	22,2%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em dezembro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R$ 123,1 bilhões, representando aumento de R$ 68,1 bilhões (123,7%) em relação a novembro de 2015. Esta variação deveu-se, sobretudo, ao impacto dos pagamentos da União aos bancos públicos e ao FGTS, no âmbito dos Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015. Segue descrição das principais variações das despesas:

- crescimento de R$ 67,1 bilhões (218,2%) nas Despesas de Custeio e Capital, explicado principalmente por: (i) aumento de R$ 34,7 bilhões nas despesas com Subsídios e Subvenções econômicas, devido notadamente ao crescimento das despesas com o Programa de Sustentação ao Investimento – PSI (R$ 22,9 bilhões), com o Pronaf (R$ 6,1 bilhões), com Equalização de Custeio Agropecuário (R$ 2,9 bilhões) e com Equalização de Investimento Rural e Agroindustrial (R$ 1,5 bilhão); e

- acréscimo de R$ 33,1 bilhões em Outras Despesas de Custeio e Capital, explicado pelos aumentos de R$ 11,0 bilhões com a Complementação do FGTS, de R$ 10,0 bilhões da despesa com o PAC, R$ 6,5 bilhões com Sentenças Judiciais e Precatórios, de R$ 6,2 bilhões com a Compensação RGPS e de R$ 2,7 bilhões com Crédito Extraordinário (exceto PAC), compensados parcialmente pela redução nas despesas discricionárias em R$ 3,4 bilhões (20,9 %).

R$ Milhões - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)

Tabela 3.5 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2014 / 2015				
Discriminação	2015 Novembro	2015 Dezembro	Variação Diferença	Variação % Real (IPCA)
Precatórios e Sentenças	718,3	7.268,0	6.549,7	911,8%
Legislativo	124,0	169,0	45,0	36,3%
Judiciário	836,9	968,5	131,6	15,7%
Crédito Extraordinário	521,9	3.189,4	2.667,5	511,2%
PAC	2.279,9	12.320,2	10.040,2	440,4%
d/q MCMV	115,1	9.269,1	9.154,0	-
Fundo Constitucional DF	625,3	380,4	-245,0	-39,2%
Outras	96,7	250,3	153,6	158,8%
Compensação RGPS	-	6.191,3	6.191,3	-
Complementação do FGTS	499,6	11.458,1	10.958,5	-
Discricionárias	16.285,0	12.876,4	-3.408,5	-20,9%
Min. da Saúde	7.504,8	4.276,4	-3.228,4	-43,0%
Min. do Des. Social	2.561,7	2.322,9	-238,8	-9,3%
Min. da Educação	2.925,2	2.164,4	-760,9	-26,0%
Demais	3.293,3	4.112,7	819,5	24,9%
Total	21.987,7	55.071,6	33.083,9	150,5%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Previdência Social

Em dezembro de 2015, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou superávit de R$ 3,0 bilhões, contra déficit de R$ 15,2 bilhões em novembro. O principal fator que contribuiu para essa diferença foi o aumento de R$ 22,7 bilhões (87,6%) na arrecadação líquida de dezembro: em virtude da arrecadação das contribuições previdenciárias incidentes sobre o 13º salário pago aos trabalhadores em dezembro apenas em parte compensado pelo acréscimo de R$ 4,5 bilhões (11,0%) nas despesas com benefícios previdenciários, devido, principalmente, ao pagamento da última parcela do abono equivalente à gratificação natalina dos segurados e dependentes da Previdência, conforme Decreto nº 8.292, de 4 de agosto de 2014, sem correspondente em novembro.

R$ Milhões - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)

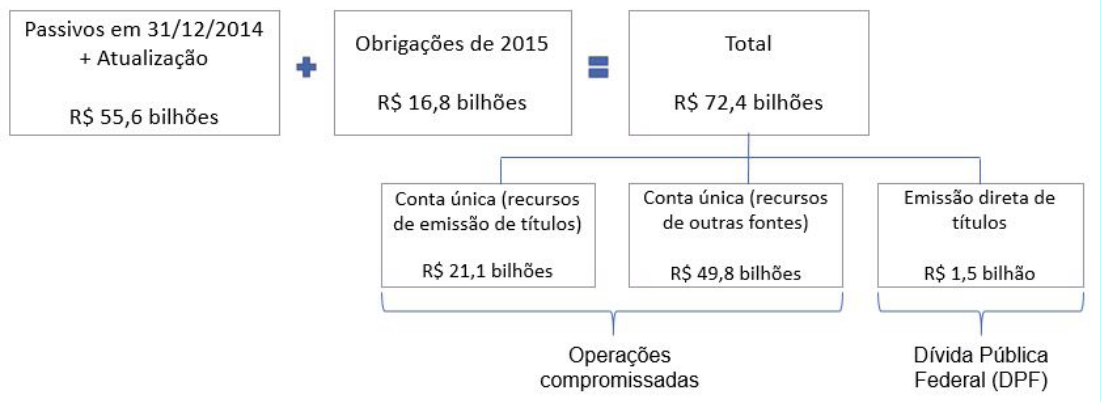
Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2014/2015				
Discriminação do Resultado	2015 Novembro	2015 Dezembro	Variação Diferença	Variação % Real (IPCA)
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	25.953,2	48.695,4	22.742,2	87,6%
Arrecadação Bruta	28.876,4	51.915,2	23.038,8	79,8%
Contribuição Previdenciária	25.708,2	42.426,0	16.717,8	65,0%
Simples	2.993,1	3.090,3	97,2	3,2%
CFT	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	166,5	204,6	38,0	22,8%
Refis	8,5	3,0	-5,5	-65,0%
Compensação RGPS	-	6.191,3	6.191,3	-
(-) Restituição/Devolução	-85,1	-201,7	-116,6	137,0%
(-) Transferências a Terceiros	-2.838,1	-3.018,1	-180,0	6,3%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	41.142,2	45.653,6	4.511,4	11,0%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-15.188,9	3.041,8	18.230,7	-

Fonte: Ministério da Previdência Social
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Boxe 1 - Equacionamento de Passivos

A União realizou em 2015 o pagamento de R$ 72,4 bilhões ao Banco do Brasil (BB), ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) relativos a débitos da União junto a estas instituições e a obrigações referentes a 2015. Deste montante, R$ 55,6 bilhões são decorrentes do entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), pronunciado por meio do Acórdão nº 825, de 14 de abril de 2015, e ratificada pelo Acórdão nº. 3.297, de 9 de dezembro de 2015.

Pagamento e Fonte de Recursos - Equacionamento de Passivos



Fonte e Elaboração: STN.

Com relação à fonte de recursos, destaca-se que dos R$ 72,4 bilhões, R$ 70,9 bilhões foram pagos com recursos da Conta Única, sendo R$ 21,1 bilhões com recursos de títulos emitidos anteriormente (sem necessidade de nova emissão) e R$ 49,8 bilhões relativos às demais fontes da conta única. O valor restante, R$ 1,5 bilhão, foi pago por meio de emissão direta de títulos em favor do BB em virtude do programa "Equivalência em Produto", sem necessidade de realização de novos leilões[1].

Os pagamentos aos bancos são divididos em: i) ao BB relativos a programas de crédito rural; ii) ao BNDES relativos ao Programa de Sustentação do Investimento (PSI) ; iii) ao FGTS relativos aos adiantamentos efetuados no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida e aos repasses referentes à Lei Complementar nº 110/2001 e; iv) à CEF relativo a remuneração bancária de serviços prestados. Os valores são detalhados na tabela a seguir:

Tabela 1 - Equacionamentro de Passivos, Obrigações de 2015 e Abatimento da Meta de Resultado Primário

Discriminação	Abatimento previsto na LDO 2015 (a)	Passivo em 31/12/14 + Atualização (b)	Obrigações de 2015 (c)	Pagamento em 2015 (d) = (b) + (c)	Pagamento passível de abatimento (e)	Diferença (Pagamento - Abatimento) (f) = (d) - (e)
a) passivo da União junto ao FGTS, registrado em razão do que estabelece a Lei Complementar 110/2001;	10.990	12.151	-	12.151	10.990	1.161
b) passivos e valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pela União ao amparo do que dispõe o art. 82-A da Lei 11.977/2009;	9.747	8.989	1.500	10.489	9.747	742
c) valores devidos pelo Tesouro Nacional ao BNDES a título de equalização de taxa de juros de que trata a Lei 12.096/2009;	22.438	21.455	8.582	30.037	21.455	8.582
d) valores devidos pelo Tesouro Nacional ao Banco do Brasil relativos aos itens "Tesouro Nacional – Equalização de Taxas – Safra Agrícola" e "Título e Créditos a Receber – Tesouro Nacional":	12.329	12.110	6.097	18.207	12.113	6.094
e) valores devidos à Caixa Econômica Federal a título de remuneração bancária de serviços prestados.	1.509	882	627	1.503	1.503	-
Total	**57.013**	**55.586**	**16.806**	**72.387**	**55.808**	**16.579**

Fonte e Elaboração: STN.

O abatimento previsto na LDO 2015 estimado à época da alteração do PLN 5/2015, no início de novembro, tentou aproximar o máximo possível do saldo devedor atualizado dos valores referidos no Acórdão do TCU. Portanto, pode haver diferença entre o pagamento passível de abatimento (Coluna "e") e o estimado em novembro (Coluna "a"), para as alíneas "c" e "d", devido às diferenças entre os parâmetros realizados e previstos para atualização monetária.

1 Consultar tabela 1.6 do Relatório Mensal da Dívida Pública Federal de dezembro de 2015.

A alteração promovida na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 (LDO 2015), realizada pela Lei 13.199/2015, permitiu o abatimento de R$ 57,0 bilhões da meta de superávit primário desse ano, em decorrência do pagamento destas obrigações[2]. No entanto, do total pago no exercício (R$ 72,4 bilhões), serão efetivamente abatidos R$ 55,8 bilhões. A diferença (R$ 16,6 bilhões) será absorvida pelo espaço fiscal pré-existente, de R$ 51,8 bilhões.

Após a alteração da meta e autorizado o abatimento, ainda se fez necessário a abertura de espaço no orçamento de 2015 para o pagamento destes passivos. Por isso, em 17 de dezembro de 2015 foi publicada a Medida Provisória nº 702 de 2015 que permitiu a abertura de créditos no valor de R$ 35,1 bilhões, sendo R$ 11,0 bilhões ao FGTS referentes a passivos da Lei nº 110/01, R$ 9,0 bilhões ao FGTS referentes ao PMCMV e R$ 15,1 bilhões ao BNDES referentes ao PSI e ao Programa Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais.

Ademais, para a regularização de todos os passivos, foi necessária a publicação da Portaria MF nº 950/2015, eliminando a carência de 24 meses para o pagamento dos valores de equalização das taxas de juros no PSI e ajustando a metodologia de apuração e atualização dos valores devidos. Deste modo, a partir desse período, todos os valores serão apurados e pagos semestralmente.

Por fim, cumpre ressaltar que o equacionamento de passivos foi responsável pelo pagamento de R$ 20,7 bilhões de Restos a Pagar inscritos e reinscritos na virada do ano de 2014 para 2015. Este pagamento concentrou-se nos itens "c" e "d" da tabela abaixo, destinados ao BNDES e Banco do Brasil, respectivamente. Por sua vez, nota-se que há cancelamentos de R$ 8,0 bilhões, concentrados no item "b", referente a adiantamentos do FGTS para o programa Minha Casa Minha Vida, que ocorreram em virtude do entendimento do TCU[3] quanto à sua forma de regularização. Contudo, como esses passivos foram efetivamente quitados em 2015, se seu cômputo fosse na categoria dos pagamentos, os RAPs pagos no âmbito do equacionamento de passivos junto às Instituições Financeiras seria ainda maior, de R$ 27,4 bilhões.

Tabela 2 - Restos a Pagar e Equacionamentro de Passivos Junto a Bancos Públicos - Evolução (R$ milhões)

Discriminação	Inscrição e reinscrição de Restos a Pagar em 2014/2015	Pagamento de Restos a Pagar em 2015	Cancelamento de Restos a Pagar em 2015	Inscrição e reinscrição de Restos a Pagar em 2015/2016
a) passivo da União junto ao FGTS, registrado em razão do que estabelece a Lei Complementar 110/2001	1.738	1.738	-	-
b) adiantamentos concedidos pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) à União ao amparo do que dispõe o art. 82-A da Lei 11.977/2009[1]	6.612	0	6.612	0
c) valores devidos pelo Tesouro Nacional ao BNDES a título de equalização de taxa de juros de que trata a Lei 12.096/2009[2]	8.755	8.306	449	0
d) valores devidos pelo Tesouro Nacional ao Banco do Brasil relativos aos itens "Tesouro Nacional – Equalização de Taxas – Safra Agrícola" e "Título e Créditos a Receber – Tesouro Nacional"	10.950	9.875	968	118
e) valores devidos à Caixa Econômica Federal a título de remuneração bancária de serviços prestados[3]	Não Disponível	831	Não Disponível	Não Disponível
Total	**28.054**	**20.749**	**8.029**	**118**

Fonte e Elaboração: Siafi - valores apurados em 31/12/2015.

[1] *Os restos a pagar foram integralmente cancelados pelo Ministério das Cidades em dezembro de 2015, seguindo determinação do Acórdão 2461/2015 TCU.*

[2] *Os empenhos de 2014 não se restringem somente ao período anterior ao segundo trimestre de 2014, mas também para os outros trimestres de 2014.*

[3] *A inscrição e o cancelamento de Restos a Pagar não acompanha a informação do possível favorecido do pagamento, que só é informada no momento do pagamento.*

A diferença entre o pagamento total (R$ 72,4 bilhões) e os R$ 20,7 bilhões pagos de RAP (R$ 51,6 bilhões) refere-se ao orçamento de 2015, incluindo ações inscritas na forma de Despesas de Exercícios Anteriores (DEA).

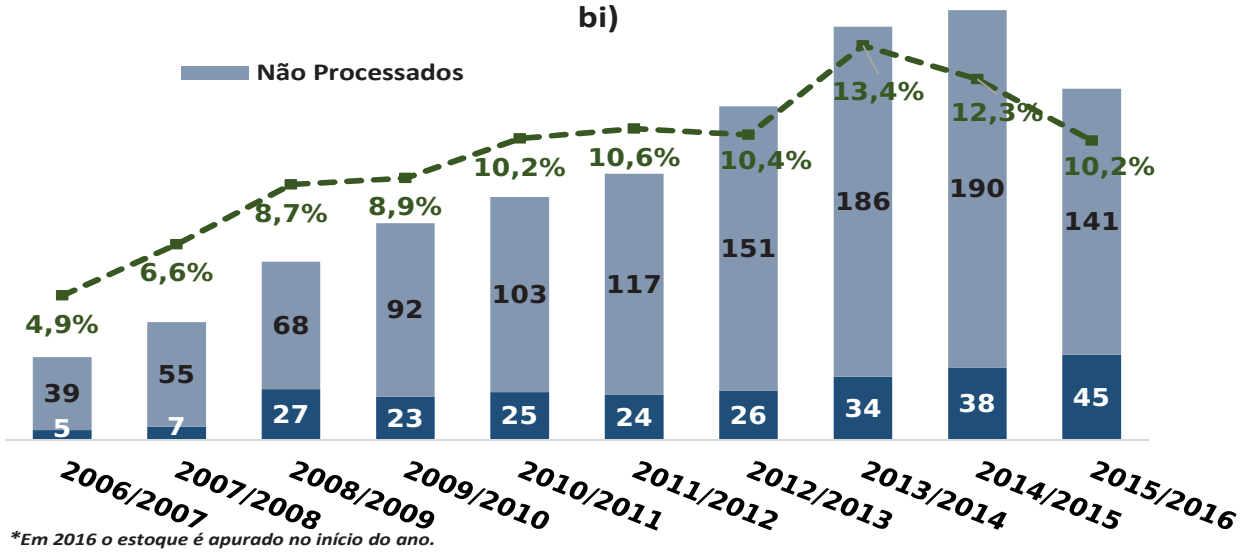
2 Além deste abatimento, a LDO prevê o abatimento de R$ 11,1 bilhões devido à frustração na arrecadação de 2015 com concessões e permissões relativas aos leilões das Usinas Hidroelétricas - UHEs.

3 Cancelamento de R$ 6,6 bilhões de RAP pelo Ministério das Cidades, em dezembro de 2015, seguindo determinação do Acórdão TCU nº 2.461/2015.

Boxe 2 - Redução de R$ 41,7 bilhões no estoque de Restos a Pagar (RAP)

O Estoque de Restos a Pagar (RAP) em um ano, isto é, *despesas empenhadas, mas não pagas, até o dia 31 de dezembro*[1] do ano anterior, cresceu continuamente desde 2007 até atingir seu pico de R$ 228,0 bilhões em 2014/2015. Esse processo foi interrompido em 2015/2016, quando verificou-se diminuição daquele estoque para R$ 186,3 bilhões, resultado do esforço realizado para sua redução. Como podemos ver no gráfico abaixo, a razão RAP/Orçamento está em trajetória declinante desde 2013/2014, quando foram inscritos 13,4% do Orçamento. Já em 2015/2016, foram inscritos 10,2% do orçamento, diferença de 3,2 p. p. em relação ao ápice da série e em nível similar ao de 2010/2011.

Gráfico 1. Estoque de Restos a Pagar Apurado em Dezembro (R$ bi)



**Em 2016 o estoque é apurado no início do ano.*
***O saldo identificado em 2006/2007 indica o valor apurado em dez/07 da nova inscrição de despesas empenhadas e não pagas de 2006 e a reinscrição de anos anteriores, que serão pagos, cancelados ou reinscritos em 2007.*
Fonte e Elaboração: STN.

A redução do estoque de RAP pode ser atribuída a esforços feitos em 2015 em três frentes: (i) aumento do cancelamento dos RAP em 2015; (ii) aumento dos pagamentos de RAP em 2015 e (iii) redução das novas inscrições em 2015/2016, resultado da melhora na gestão das despesas empenhadas em 2015. Enquanto o pagamento e o cancelamento controlam o estoque prévio de Restos a Pagar, primeiro e segundo fatores, a administração do empenho de despesas no ano é relevante para o controle do fluxo, ou seja, de nova inscrição em Restos a Pagar, terceiro fator mencionado.

Dessa forma, a diminuição de R$ 41,7 bilhões no valor nominal inscrito em 2015/2016 pode ser creditada à: i) redução da reinscrição em R$ 14,5 bilhões, devido ao esforço de cancelamento e pagamento dos RAP em 2015 maiores que os realizados em 2014 (controle do estoque) e ii) redução da inscrição em R$ 27,2 bilhões das despesas empenhadas no ano anterior[2] fruto do aperfeiçoamento da gestão do empenho destas despesas.

1 Conforme define o Art. 36 da Lei 4.320 de 1964: "*Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas*".
2 As despesas empenhadas em um ano e não pagas até 31 de dezembro são inscritas como RAP no final do exercício, e fazem parte do estoque de RAP do ano posterior.

Tabela 1 - Restos a Pagar - R$ bilhões			
Exercício	Reinscritos	Inscritos no ano	Total
2014/2015	86,4	141,6	228,0
2015/2016	71,9	114,4	186,3
Variação	**-14,5**	**-27,2**	**-41,7**
Variação (%)	**-16,8%**	**-19,2%**	**-18,3%**

Fonte: SIAFI.

1. **Aumento dos Cancelamentos de RAP**

O aumento de R$ 13,3 bilhões no cancelamento (62,7% em relação ao ano anterior) concentrou-se no grupo de RAP não processados[3], responsável por R$ 12,4 bilhões daquele montante. Este aumento do cancelamento de não processados é explicado principalmente pelos seguintes fatores: i) cancelamento no valor de R$ 6,6 bilhões pelo Ministério das Cidades em dezembro de 2015, seguindo determinação do Acórdão TCU nº 2.461/2015, o qual avaliou como indevidos os registros em RAP de subvenções concedidas em operações de crédito imobiliários no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida[4]; e ii) cancelamento de R$ 8,0 bilhões, feito pelo Ministério de Minas e Energia, relativo a RAP resultante da realização de empenhos em montante superior ao efetivado no ano em transferências aos entes de royalties de petróleo e gás natural.

Tabela 2 - Cancelamento de Restos a Pagar - R$ bilhões			
Exercício	Processados	Não Processados	Total
2014	0,7	20,5	21,2
2015	1,7	32,9	34,6
Variação	**0,9**	**12,4**	**13,3**
Variação (%)	**131,4%**	**60,3%**	**62,7%**

Fonte: SIAFI.

2. **Aumento dos Pagamentos de RAP**

Pela tabela abaixo é possível identificar um aumento de R$ 9,8 bilhões nos pagamentos de RAP, distribuído entre processados e não processados; dos processados 83,8% do estoque foram pagos em 2015, já dos não processados, apenas 47,1% foram pagos. Do total registrado em RAP não processados, destaca-se o pagamento significativo de R$ 21,2 bilhões de Subsídios e Subvenções. Os pagamentos decorrentes do equacionamento de passivos junto a bancos públicos e ao FGTS responderam por R$ 20,7 bilhões do total pago de RAP, concentrado também nos itens relacionados a Subsídios e Subvenções.cos[5]. Vale mencionar que R$ 6,6 bilhões de cancelamentos de RAP, no âmbito do Ministérios das Cidades mencionado anteriormente, foram pagos em 2015 devido à abertura de crédito extraordinário para esse fim. Como o cancelamento de RAP ocorreu em função do Acórdão TCU nº 2.461/15, verifica-se que do ponto de vista fiscal o esforço para a redução do estoque de RAP por meio de pagamentos seria ainda maior do que aquele verificado nas estatísticas, em detrimento da variação dos cancelamentos.

3 Reúne despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas, ou seja, não houve ainda a verificação do direito adquirido pelo potencial credor.
4 Conforme identificado no boxe "Equacionamento de Passivos" deste relatório.
5 Conforme identificado no Boxe "Equacionamento de Passivos" deste relatório.

Tabela 3 - Pagamento de Restos a Pagar - R$ bilhões			
Exercício	Processados	Não Processados	Total
2014	27,9	83,9	111,8
2015	32,2	89,3	121,6
Variação	**4,3**	**5,4**	**9,8**
Variação (%)	**15,6%**	**6,5%**	**8,7%**

Fonte: SIAFI.

O aumento nos pagamentos só não foi maior devido ao contingenciamento orçamentário no ano com efeito relevante sobre os investimentos, evitando que ocorresse sua realização e seu pagamento. Por essa razão, foram pagos no ano R$ 29,3 bilhões dos R$ 75,9 bilhões inscritos em RAP de Investimentos, enquanto em 2014 foram pagos R$ 38,2 bilhões de um estoque de R$ 87,2 bilhões.

Tabela 4 - Pagamento de Restos a Pagar - R$ bilhões							
Exercício	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização/ Refinanciamento da Dívida	Total
2014	1,9	0,0	58,6	38,2	13,1	0,0	111,8
2015	1,6	0,0	81,6	29,3	9,0	0,0	121,6
Variação	**-0,2**	**0,0**	**23,0**	**-8,8**	**-4,1**	**0,0**	**9,8**
Variação (%)	**-12,3%**	**-48,9%**	**39,2%**	**-23,2%**	**-31,3%**	**-56,9%**	**8,7%**

Fonte: SIAFI.

3. Redução das Novas Inscrições

Os dois fatores identificados anteriormente culminaram na diminuição da reinscrição em 2015/2016 em relação a realizada em 2014/2015. No entanto, destaque-se ainda o grande esforço para a redução nas novas inscrições, no valor de R$ 27,2 bilhões comparativamente ao ano anterior, o qual se deve à administração do empenho de despesas do próprio exercício financeiro. Este esforço, coordenado pela Secretaria do Tesouro Nacional, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, contou com diversos eventos de orientação técnica junto aos órgãos setoriais e unidades gestoras, realizados com o objetivo de assegurar o adequado registro contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária:

- Encontro com os responsáveis pela execução das Unidades Gestoras da STN, realizado em 9 de novembro de 2015;
- Normas de Encerramento do Exercício de 2015 (Restos a Pagar) e Abertura do Exercício de 2016, realizado em 10 de novembro de 2015; e
- Procedimentos Contábeis relativos ao PAC, realizado com as Setoriais Contábeis dos Órgãos envolvidos em 23 de dezembro de 2015.

A redução de novas inscrições de RAP em 2015/2016 foi concentrada nos não processados, que se reduziram em R$ 33,8 bilhões, frente a 2014/2015. As variações mais relevantes nas novas inscrições, destacadas na tabela abaixo, são:

i) Subsídios que diminuíram R$ 7,7bilhões, resultado do equacionamento de passivos junto aos Bancos Públicos, conforme detalhado no boxe "*Equacionamento de Passivos*".

ii) Transferências a Estados e Municípios que reduziram R$ 9,7 bilhões devido à mudança nos procedimentos de gestão de Restos a Pagar do Ministério de Minas e Energias, que cancelaram antes de 31 de dezembro as despesas empenhadas no ano, evitando a sua inscrição em Restos a Pagar ao final de 2015.

iii) PAC e Demais Investimentos que reduziram R$ 15,2 bilhões influenciado pelo contingenciamento orçamentário no ano de 2015.

Tabela 5 - Restos a Pagar Não Processados - R$ milhões

RAP	2015			2016		
	Reinscritos	Inscritos no ano	Total	Reinscritos	Inscritos no ano	Total
Poder Legislativo, Judiciário e MPU	1.096	2.678	3.773	1.144	2.721	3.866
Poder Executivo	76.817	108.931	185.748	62.107	75.076	137.183
Obrigatórias	18.764	37.374	56.138	2.941	19.260	22.202
Subsídios	15.591	10.888	26.479	1.227	3.186	4.412
Transferências a Estados e Municípios	784	18.454	19.238	853	8.710	9.564
Sentenças/Precatórios	57	1.373	1.430	71	68	139
Abono/Seguro Desemprego	-	1.149	1.149	-	1.743	1.743
FUNDEB	-	1.989	1.989	-	1.963	1.963
Auxílio Financeiro p/ Fomento Exportações - FEX	-	1.950	1.950	-	1.950	1.950
Demais	2.331	1.571	3.903	791	1.641	2.431
Créditos Extraordinários	1.161	2.671	3.831	726	1.338	2.064
Despesas Financeiras	6.591	11.163	17.754	8.578	9.362	17.940
Discricionárias	50.302	57.723	108.025	49.862	45.116	94.978
Custeio	6.096	16.712	22.808	7.223	19.261	26.484
PAC	32.756	26.035	58.791	28.589	14.969	43.558
Demais Investimentos	11.450	14.975	26.426	14.051	10.886	24.936
Total	**77.913**	**111.609**	**189.521**	**63.251**	**77.797**	**141.049**

Fonte: SIAFI.

Por sua vez, as novas inscrições nos RAP processados apresentaram crescimento de R$ 6,6 bilhões. Nota-se, em relação a 2014/2015, que este crescimento foi concentrado no Poder Executivo, cujas despesas discricionárias aumentaram R$ 3,7 bilhões entre os anos, valor difundido, principalmente, em Custeio e PAC; e as despesas Obrigatórias aumentaram R$ 3,5 bilhões, valor concentrado em RGPS, fruto de crescimento proporcional ao crescimento do orçamento deste grupo de despesa.

Tabela 6 - Restos a Pagar Processados - R$ milhões						
Discriminação	2015*			2016		
	Reinscritos	Inscritos no ano	Total	Reinscritos	Inscritos no ano	Total
Poder Legislativo, Judiciário e MPU	27	61	89	57	73	130
Poder Executivo	8.415	29.963	38.378	8.556	36.574	45.130
Obrigatórias	110	24.366	24.475	137	27.836	27.974
RGPS	49	22.096	22.145	0	25.822	25.822
Pessoal e Encargos Sociais	38	780	818	79	376	455
LOAS/RMV	1	1.345	1.346	1	1.500	1.500
Demais	22	145	167	58	139	196
Créditos Extraordinários	1.078	64	1.142	617	202	820
Despesas Financeiras	537	746	1.283	691	62	754
Discricionárias	6.690	4.787	11.477	7.110	8.474	15.583
Custeio	1.063	2.171	3.234	1.083	4.756	5.839
PAC	2.217	2.157	4.374	2.680	2.955	5.634
Demais Investimentos	3.410	459	3.869	3.347	763	4.110
Total	**8.443**	**30.024**	**38.466**	**8.613**	**36.647**	**45.260**

Fonte: SIAFI.

Anexos

1. Lista de Abreviaturas

2. Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 3.1. Dividendos pagos à União - Brasil - Mensal

Tabela 3.2. Dividendos pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 6.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

3. Boletim de Transferências para Estados e Municípios - Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

1.Lista de Abreviaturas

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento
Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético
CEF - Caixa Econômica Federal
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FDA - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
FSB - Fundo Soberano do Brasil
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
II - Imposto de Importação
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
PSI – Programa de Sustentação do Investimento
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões - A Preços Correntes

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2014	2015		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Dezembro	Novembro	Dezembro	Dez/15 Nov/15		Dez/15 Dez/14	
1. RECEITA TOTAL	**121.011,2**	**92.232,4**	**130.089,7**	**37.857,3**	**41,0%**	**9.078,5**	**7,5%**
Receitas do Tesouro Nacional	***76.885,3***	***66.003,3***	***81.124,4***	***15.121,1***	***22,9%***	***4.239,1***	***5,5%***
Receita Bruta	79.432,1	69.705,0	86.831,9	17.127,0	24,6%	7.399,9	9,3%
Impostos	37.579,8	32.917,8	42.985,4	10.067,6	30,6%	5.405,6	14,4%
Contribuições	27.537,4	28.707,4	28.780,1	72,7	0,3%	1.242,7	4,5%
Demais [2/]	14.314,9	8.079,9	15.066,5	6.986,7	86,5%	751,6	5,3%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
(-) Restituições	-2.546,7	-3.701,7	-5.707,5	-2.005,8	54,2%	-3.160,8	124,1%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Receitas da Previdência Social	***43.717,3***	***25.953,2***	***48.695,4***	***22.742,2***	***87,6%***	***4.978,1***	***11,4%***
Receitas da Previdência Social - Urbano [3/]	43.057,8	25.342,7	47.960,1	22.617,4	89,2%	4.902,4	11,4%
Receitas da Previdência Social - Rural [3/]	659,6	610,5	735,3	124,7	20,4%	75,7	11,5%
Receitas do Banco Central	***408,5***	***275,9***	***269,9***	***-6,0***	***-2,2%***	***-138,7***	***-33,9%***
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	**21.929,0**	**17.878,1**	**22.525,0**	**4.647,0**	**26,0%**	**596,0**	**2,7%**
Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	***18.037,8***	***13.080,4***	***18.479,2***	***5.398,8***	***41,3%***	***441,4***	***2,4%***
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [4/]	***325,0***	***650,0***	***650,0***	***0,0***	***0,0%***	***325,0***	***100,0%***
Transferências da Cide - Combustíveis	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***-***	***0,0***	***-***
Demais Transferências	***3.566,2***	***4.147,7***	***3.395,9***	***-751,8***	***-18,1%***	***-170,4***	***-4,8%***
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	**99.082,2**	**74.354,3**	**107.564,6**	**33.210,3**	**44,7%**	**8.482,4**	**8,6%**
4. DESPESA TOTAL	**98.019,1**	**95.584,2**	**169.146,8**	**73.562,5**	**77,0%**	**71.127,6**	**72,6%**
Despesas do Tesouro Nacional	***55.745,4***	***54.510,0***	***123.094,3***	***68.584,3***	***125,8%***	***67.348,8***	***120,8%***
Pessoal e Encargos Sociais [2/]	23.094,6	23.862,1	25.083,3	1.221,2	5,1%	1.988,7	8,6%
Custeio e Capital	32.297,3	30.438,1	97.784,0	67.345,9	221,3%	65.486,7	202,8%
Despesa do FAT	3.458,4	4.124,1	3.604,9	-519,2	-12,6%	146,5	4,2%
Abono e Seguro Desemprego	3.401,0	4.083,6	3.569,8	-513,8	-12,6%	168,8	5,0%
Demais Despesas do FAT	57,4	40,5	35,2	-5,3	-13,2%	-22,3	-38,8%
Subsídios e Subvenções Econômicas [5/]	533,6	882,7	35.584,8	34.702,2	-	35.051,2	-
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	153,2	303,2	35.031,0	34.727,8	-	34.877,8	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	380,4	579,5	553,8	-25,7	-4,4%	173,4	45,6%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) [6/]	3.262,8	3.652,7	3.522,6	-130,1	-3,6%	259,8	8,0%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Auxílio à CDE	207,7	0,0	0,0	0,0	-	-207,7	-100,0%
Outras Despesas de Custeio e Capital	24.834,7	21.778,6	55.071,6	33.293,0	152,9%	30.236,9	121,8%
Outras Despesas de Custeio	20.913,9	18.101,8	49.060,6	30.958,9	171,0%	28.146,8	134,6%
Outras Despesas de Capital [7/]	3.920,8	3.676,8	6.010,9	2.334,1	63,5%	2.090,1	53,3%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	353,6	209,8	227,0	17,2	8,2%	-126,6	-35,8%
Benefícios Previdenciários	**41.948,2**	**40.750,9**	**45.653,6**	**4.902,7**	**12,0%**	**3.705,4**	**8,8%**
Benefícios Previdenciários - Urbano [3/]	33.968,4	30.331,0	36.564,5	6.233,6	20,6%	2.596,2	7,6%
Benefícios Previdenciários - Rural [3/]	7.979,8	10.420,0	9.089,1	-1.330,9	-12,8%	1.109,3	13,9%
Despesas do Banco Central	**325,5**	**323,3**	**398,9**	**75,6**	**23,4%**	**73,4**	**22,6%**
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB [8/]	**0,0**	**0,0**	**855,0**	**855,0**	**-**	**855,0**	**-**
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	**1.063,1**	**-21.229,9**	**-60.727,1**	**-39.497,2**	**186,0%**	**-61.790,2**	**-**
Tesouro Nacional	***-789,1***	***-6.384,8***	***-64.494,9***	***-58.110,1***	***910,1%***	***-63.705,8***	***-***
Previdência Social (RGPS) [9/]	***1.769,1***	***-14.797,7***	***3.041,8***	***17.839,5***	***-***	***1.272,7***	***71,9%***
Previdência Social (RGPS) - Urbano [3/]	9.089,4	-4.988,3	11.395,6	16.383,9	-	2.306,2	25,4%
Previdência Social (RGPS) - Rural [3/]	-7.320,2	-9.809,4	-8.353,8	1.455,6	-14,8%	-1.033,5	14,1%
Banco Central [10/]	***83,0***	***-47,4***	***-129,0***	***-81,6***	***172,1%***	***-212,1***	***-***
7. AJUSTE METODOLÓGICO [11/]	**0,0**	**400,0**	**415,4**	**15,4**	**3,8%**	**415,4**	**-**
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	**-308,4**	**-840,7**	**n.d.**	**-**	**-**	**-**	**-**
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) [12/]	**754,6**	**-21.670,6**	**n.d.**	**-**	**-**	**-**	**-**
10. JUROS NOMINAIS [12/]	**-37.655,6**	**-9.752,3**	**n.d.**	**-**	**-**	**-**	**-**
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10) [12/]	**-36.900,9**	**-31.422,8**	**n.d.**	**-**	**-**	**-**	**-**
Memo:							
Parcela patronal da CPSS [2/]	1.442,1	2.171,3	1.887,9	-283,4	-13,1%	445,8	30,9%
RMV [6/]	125,5	123,6	126,3	2,7	2,2%	0,8	0,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

5/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

6/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

7/ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

9/ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

10/ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

11/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

12/ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2014	2015		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Dezembro	Novembro	Dezembro	Dez/15 Nov/15		Dez/15 Dez/14	
1. RECEITA TOTAL	**133.927,4**	**93.117,9**	**130.089,7**	**36.971,8**	**39,7%**	**-3.837,7**	**-2,9%**
Receitas do Tesouro Nacional	***85.091,7***	***66.636,9***	***81.124,4***	***14.487,5***	***21,7%***	***-3.967,3***	***-4,7%***
Receita Bruta	87.910,2	70.374,1	86.831,9	16.457,8	23,4%	-1.078,3	-1,2%
Impostos	41.590,9	33.233,8	42.985,4	9.751,6	29,3%	1.394,5	3,4%
Contribuições	30.476,6	28.982,9	28.780,1	-202,9	-0,7%	-1.696,5	-5,6%
Demais [2/]	15.842,8	8.157,4	15.066,5	6.909,1	84,7%	-776,3	-4,9%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
(-) Restituições	-2.818,5	-3.737,2	-5.707,5	-1.970,3	52,7%	-2.889,0	102,5%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Receitas da Previdência Social	***48.383,5***	***26.202,4***	***48.695,4***	***22.493,0***	***85,8%***	***311,9***	***0,6%***
Receitas da Previdência Social - Urbano [3/]	47.653,5	25.586,0	47.960,1	22.374,1	87,4%	306,6	0,6%
Receitas da Previdência Social - Rural [3/]	730,0	616,4	735,3	118,9	19,3%	5,3	0,7%
Receitas do Banco Central	***452,1***	***278,6***	***269,9***	***-8,7***	***-3,1%***	***-182,3***	***-40,3%***
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	**24.269,6**	**18.049,7**	**22.525,0**	**4.475,3**	**24,8%**	**-1.744,6**	**-7,2%**
Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	***19.963,0***	***13.206,0***	***18.479,2***	***5.273,2***	***39,9%***	***-1.483,9***	***-7,4%***
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [4/]	***359,7***	***656,2***	***650,0***	***-6,2***	***-1,0%***	***290,3***	***80,7%***
Transferências da Cide - Combustíveis	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***-***	***0,0***	***-***
Demais Transferências	***3.946,9***	***4.187,5***	***3.395,9***	***-791,6***	***-18,9%***	***-551,0***	***-14,0%***
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	**109.657,7**	**75.068,1**	**107.564,6**	**32.496,5**	**43,3%**	**-2.093,1**	**-1,9%**
4. DESPESA TOTAL	**108.481,2**	**96.501,8**	**169.146,8**	**72.644,9**	**75,3%**	**60.665,5**	**55,9%**
Despesas do Tesouro Nacional	***61.695,4***	***55.033,3***	***123.094,3***	***68.061,0***	***123,7%***	***61.398,8***	***99,5%***
Pessoal e Encargos Sociais [2/]	25.559,6	24.091,1	25.083,3	992,1	4,1%	-476,3	-1,9%
Custeio e Capital	35.744,5	30.730,3	97.784,0	67.053,7	218,2%	62.039,4	173,6%
Despesa do FAT	3.827,6	4.163,7	3.604,9	-558,8	-13,4%	-222,6	-5,8%
Abono e Seguro Desemprego	3.764,0	4.122,8	3.569,8	-553,0	-13,4%	-194,2	-5,2%
Demais Despesas do FAT	63,6	40,9	35,2	-5,7	-14,0%	-28,4	-44,7%
Subsídios e Subvenções Econômicas [5/]	590,6	891,1	35.584,8	34.693,7	-	34.994,3	-
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	169,5	306,1	35.031,0	34.724,9	-	34.861,5	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	421,0	585,1	553,8	-31,2	-5,3%	132,8	31,5%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) [6/]	3.611,1	3.687,7	3.522,6	-165,1	-4,5%	-88,5	-2,5%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Auxílio à CDE	229,9	0,0	0,0	0,0	-	-229,9	-100,0%
Outras Despesas de Custeio e Capital	27.485,4	21.987,7	55.071,6	33.083,9	150,5%	27.586,2	100,4%
Outras Despesas de Custeio	23.146,1	18.275,5	49.060,6	30.785,1	168,4%	25.914,5	112,0%
Outras Despesas de Capital [7/]	4.339,3	3.712,1	6.010,9	2.298,8	61,9%	1.671,7	38,5%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	391,3	211,9	227,0	15,1	7,1%	-164,3	-42,0%
Benefícios Previdenciários	**46.425,5**	**41.142,2**	**45.653,6**	**4.511,4**	**11,0%**	**-771,9**	**-1,7%**
Benefícios Previdenciários - Urbano [3/]	37.594,0	30.622,2	36.564,5	5.942,4	19,4%	-1.029,5	-2,7%
Benefícios Previdenciários - Rural [3/]	8.831,5	10.520,0	9.089,1	-1.430,9	-13,6%	257,5	2,9%
Despesas do Banco Central	**360,2**	**326,4**	**398,9**	**72,5**	**22,2%**	**38,7**	**10,7%**
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB [8/]	**0,0**	**0,0**	**855,0**	**855,0**	**-**	**855,0**	**-**
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	**1.176,5**	**-21.433,7**	**-60.727,1**	**-39.293,4**	**183,3%**	**-61.903,6**	**-**
Tesouro Nacional	***-873,4***	***-6.446,1***	***-64.494,9***	***-58.048,8***	***900,5%***	***-63.621,5***	***-***
Previdência Social (RGPS) [9/]	***1.958,0***	***-14.939,8***	***3.041,8***	***17.981,6***	***-***	***1.083,8***	***55,4%***
Previdência Social (RGPS) - Urbano [3/]	10.059,5	-5.036,2	11.395,6	16.431,8	-	1.336,0	13,3%
Previdência Social (RGPS) - Rural [3/]	-8.101,6	-9.903,6	-8.353,8	1.549,8	-15,6%	-252,2	3,1%
Banco Central [10/]	***91,9***	***-47,9***	***-129,0***	***-81,2***	***169,5%***	***-221,0***	***-***
7. AJUSTE METODOLÓGICO [11/]	**0,0**	**403,8**	**415,4**	**11,5**	**2,9%**	**415,4**	**-**
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	**-341,3**	**-848,7**	**n.d.**	**-**	**-**	**-**	**-**
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) [12/]	**835,2**	**-21.878,6**	**n.d.**	**-**	**-**	**-**	**-**
10. JUROS NOMINAIS [12/]	**-41.674,7**	**-9.845,9**	**n.d.**	**-**	**-**	**-**	**-**
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10) [12/]	**-40.839,5**	**-31.724,5**	**n.d.**	**-**	**-**	**-**	**-**
Memo:							
Parcela patronal da CPSS [2/]	1.596,0	2.192,1	1.887,9	-304,2	-13,9%	291,8	18,3%
RMV [6/]	138,9	124,8	126,3	1,5	1,2%	-12,6	-9,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

5/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

6/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

7/ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

9/ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

10/ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

11/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

12/ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - A Preços Correntes

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2014 Jan-Dez	2015 Jan-Dez	Diferença Jan-Dez/15 Jan-Dez/14	Variação (%)
1. RECEITA TOTAL	**1.224.040,6**	**1.250.183,5**	**26.142,9**	**2,1%**
Receitas do Tesouro Nacional	***883.285,2***	***896.811,3***	***13.526,1***	***1,5%***
Receita Bruta	906.082,9	929.023,6	22.940,7	2,5%
Impostos	422.808,0	446.307,7	23.499,7	5,6%
Contribuições	341.916,1	352.518,4	10.602,3	3,1%
Demais [2/]	141.358,8	130.197,5	-11.161,3	-7,9%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	0,0	-
(-) Restituições	-22.791,4	-32.201,7	-9.410,3	41,3%
(-) Incentivos Fiscais	-6,3	-10,6	-4,3	68,7%
Receitas da Previdência Social	***337.503,1***	***350.272,0***	***12.768,9***	***3,8%***
Receitas da Previdência Social - Urbano [3/]	330.833,0	343.190,7	12.357,8	3,7%
Receitas da Previdência Social - Rural [3/]	6.670,2	7.081,3	411,1	6,2%
Receitas do Banco Central	***3.252,3***	***3.100,2***	***-152,1***	***-4,7%***
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	**210.165,2**	**215.758,6**	**5.593,4**	**2,7%**
Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	***156.823,0***	***165.695,2***	***8.872,2***	***5,7%***
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [4/]	***3.900,0***	***3.900,0***	***0,0***	***0,0%***
Transferências da Cide - Combustíveis	***116,1***	***448,0***	***331,9***	***285,9%***
Demais Transferências	***49.326,2***	***45.715,4***	***-3.610,8***	***-7,3%***
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	**1.013.875,4**	**1.034.424,9**	**20.549,5**	**2,0%**
4. DESPESA TOTAL	**1.031.086,0**	**1.150.265,5**	**119.179,5**	**11,6%**
Despesas do Tesouro Nacional	***633.517,6***	***710.376,0***	***76.858,4***	***12,1%***
Pessoal e Encargos Sociais [2/]	219.834,1	235.764,1	15.930,1	7,2%
Custeio e Capital	411.117,1	472.217,7	61.100,6	14,9%
Despesa do FAT	54.381,2	47.973,5	-6.407,7	-11,8%
Abono e Seguro Desemprego	53.874,9	47.494,6	-6.380,3	-11,8%
Demais Despesas do FAT	506,4	478,9	-27,5	-5,4%
Subsídios e Subvenções Econômicas [5/]	8.984,8	58.930,0	49.945,2	555,9%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	4.429,1	52.571,9	48.142,8	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	4.555,7	6.358,2	1.802,4	39,6%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) [6/]	38.557,8	42.538,4	3.980,6	10,3%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	-
Auxílio à CDE	9.207,7	1.260,8	-7.947,0	-86,3%
Outras Despesas de Custeio e Capital	299.985,6	321.515,1	21.529,5	7,2%
Outras Despesas de Custeio	222.449,9	265.983,1	43.533,3	19,6%
Outras Despesas de Capital [7/]	77.535,7	55.532,0	-22.003,7	-28,4%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	2.566,5	2.394,1	-172,3	-6,7%
Benefícios Previdenciários	**394.201,2**	**436.090,1**	**41.888,9**	**10,6%**
Benefícios Previdenciários - Urbano [3/]	305.498,7	338.049,3	32.550,6	10,7%
Benefícios Previdenciários - Rural [3/]	88.702,6	98.040,8	9.338,2	10,5%
Despesas do Banco Central	**3.367,1**	**3.799,4**	**432,3**	**12,8%**
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB [8/]	**-**	**855,00**	**855,00**	**-**
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	**-17.210,6**	**-114.985,6**	**-97.774,9**	**568,1%**
Tesouro Nacional	***39.602,3***	***-29.323,3***	***-68.925,6***	***-***
Previdência Social (RGPS) [9/]	***-56.698,1***	***-85.818,1***	***-29.120,0***	***51,4%***
Previdência Social (RGPS) - Urbano [3/]	25.334,3	5.141,4	-20.192,9	-79,7%
Previdência Social (RGPS) - Rural [3/]	-82.032,4	-90.959,5	-8.927,1	10,9%
Banco Central [10/]	***-114,8***	***-699,2***	***-584,3***	***508,8%***
7. AJUSTE METODOLÓGICO [11/]	**0,0**	**3.888,4**	**3.888,4**	**-**
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	**-3.261,1**	**n.d**	**-**	**-**
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) [12/]	**-20.471,7**	**n.d**	**-**	**-**
10. JUROS NOMINAIS [12/]	**-251.070,2**	**n.d**	**-**	**-**
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10) [12/]	**-271.541,9**	**n.d**	**-**	**-**
Memo:				
Parcela patronal da CPSS [2/]	16.018,0	17.570,1	1.552,0	9,7%
RMV [6/]	1.666,1	1.578,1	-88,0	-5,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

5/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

6/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

7/ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

9/ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

10/ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

11/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

12/ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2014 Jan-Dez	2015 Jan-Dez	Diferença Jan-Dez/15 Jan-Dez/14	Variação (%) Jan-Dez/15 Jan-Dez/14
1. RECEITA TOTAL	**1.391.424,5**	**1.304.248,0**	**-87.176,5**	**-6,3%**
Receitas do Tesouro Nacional	***1.004.746,6***	***936.529,0***	***-68.217,5***	***-6,8%***
Receita Bruta	1.030.469,3	969.801,3	-60.668,0	-5,9%
Impostos	480.952,8	466.085,7	-14.867,1	-3,1%
Contribuições	388.890,7	368.089,5	-20.801,2	-5,3%
Demais [2/]	160.625,8	135.626,1	-24.999,7	-15,6%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	0,0	-
(-) Restituições	-25.715,5	-33.261,2	-7.545,7	29,3%
(-) Incentivos Fiscais	-7,2	-11,1	-3,8	52,7%
Receitas da Previdência Social	***382.982,1***	***364.496,2***	***-18.485,9***	***-4,8%***
Receitas da Previdência Social - Urbano [3/]	375.406,4	357.126,9	-18.279,4	-4,9%
Receitas da Previdência Social - Rural [3/]	7.575,7	7.369,3	-206,4	-2,7%
Receitas do Banco Central	***3.695,8***	***3.222,7***	***-473,1***	***-12,8%***
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	**239.088,4**	**225.332,8**	**-13.755,6**	**-5,8%**
Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	***178.377,0***	***173.011,2***	***-5.365,9***	***-3,0%***
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [4/]	***4.493,4***	***3.997,8***	***-495,6***	***-11,0%***
Transferências da Cide - Combustíveis	***136,0***	***459,2***	***323,2***	***237,7%***
Demais Transferências	***56.082,1***	***47.864,7***	***-8.217,4***	***-14,7%***
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	**1.152.336,1**	**1.078.915,2**	**-73.420,9**	**-6,4%**
4. DESPESA TOTAL	**1.171.052,7**	**1.195.516,9**	**24.464,2**	**2,1%**
Despesas do Tesouro Nacional	***719.816,5***	***737.868,2***	***18.051,7***	***2,5%***
Pessoal e Encargos Sociais [2/]	249.687,5	245.462,3	-4.225,3	-1,7%
Custeio e Capital	467.211,3	489.919,1	22.707,8	4,9%
Despesa do FAT	61.705,5	49.988,2	-11.717,3	-19,0%
Abono e Seguro Desemprego	61.131,0	49.491,2	-11.639,8	-19,0%
Demais Despesas do FAT	574,6	497,0	-77,5	-13,5%
Subsídios e Subvenções Econômicas [5/]	10.225,6	59.960,1	49.734,5	486,4%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	5.047,1	53.341,3	48.294,2	956,9%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	5.178,5	6.618,8	1.440,2	27,8%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) [6/]	43.814,0	44.364,8	550,9	1,3%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	-
Auxílio à CDE	10.481,4	1.377,4	-9.104,0	-86,9%
Outras Despesas de Custeio e Capital	340.984,8	334.228,5	-6.756,3	-2,0%
Outras Despesas de Custeio	252.662,3	276.232,1	23.569,8	9,3%
Outras Despesas de Capital [7/]	88.322,5	57.996,3	-30.326,2	-34,3%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	2.917,6	2.486,8	-430,8	-14,8%
Benefícios Previdenciários	**447.414,2**	**453.693,1**	**6.278,9**	**1,4%**
Benefícios Previdenciários - Urbano [3/]	346.718,2	351.672,2	4.953,9	1,4%
Benefícios Previdenciários - Rural [3/]	100.696,0	102.021,0	1.325,0	1,3%
Despesas do Banco Central	**3.822,0**	**3.955,5**	**133,6**	**3,5%**
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB [8/]	**0,0**	**855,0**	**855,0**	**-**
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	**-18.716,5**	**-115.746,6**	**-97.030,1**	**518,4%**
Tesouro Nacional	***45.841,7***	***-26.671,9***	***-72.513,6***	***-***
Previdência Social (RGPS) [9/]	***-64.432,1***	***-89.196,9***	***-24.764,8***	***38,4%***
Previdência Social (RGPS) - Urbano [3/]	28.688,2	5.454,8	-23.233,4	-81,0%
Previdência Social (RGPS) - Rural [3/]	-93.120,3	-94.651,7	-1.531,4	1,6%
Banco Central [10/]	***-126,1***	***-732,8***	***-606,7***	***481,0%***
7. AJUSTE METODOLÓGICO [11/]	**0,0**	**4.029,8**	**4.029,8**	**-**
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	**-3.720,8**	**n.d**	**-**	**-**
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) [12/]	**-22.437,4**	**n.d**	**-**	**-**
10. JUROS NOMINAIS [12/]	**-284.098,0**	**n.d**	**-**	**-**
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10) [12/]	**-306.535,4**	**n.d**	**-**	**-**
Memo:				
Parcela patronal da CPSS [2/]	18.187,2	18.282,1	95,0	0,5%
RMV [6/]	1.894,6	1.646,9	-247,7	-13,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

5/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

6/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

7/ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

9/ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

10/ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

11/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

12/ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões - A Preços Correntes

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2014	2015		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Dezembro	Novembro	Dezembro	Dez/15 Nov/15		Dez/15 Dez/14	
1. RECEITA TOTAL	**121.011,2**	**92.232,4**	**130.089,7**	**37.857,3**	**41,0%**	**9.078,5**	**7,5%**
Receitas do Tesouro Nacional	**76.885,3**	**66.003,3**	**81.124,4**	**15.121,1**	**22,9%**	**4.239,1**	**5,5%**
Receita Bruta	***79.432,1***	***69.705,0***	***86.831,9***	***17.127,0***	***24,6%***	***7.399,9***	***9,3%***
Impostos	*37.579,8*	*32.917,8*	*42.985,4*	*10.067,6*	30,6%	*5.405,6*	14,4%
IR	27.215,3	22.952,9	33.055,9	10.103,1	44,0%	5.840,7	21,5%
IR - Pessoa Física	1.304,0	2.070,8	1.432,3	-638,5	-30,8%	128,3	9,8%
IR - Pessoa Jurídica	6.771,8	6.585,6	6.497,7	-87,9	-1,3%	-274,1	-4,0%
IR - Retido na Fonte	19.139,4	14.296,4	25.125,9	10.829,5	75,7%	5.986,5	31,3%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	7.725,2	8.290,0	9.261,1	971,1	11,7%	1.535,8	19,9%
IRRF - Rendimentos do Capital	7.946,7	3.697,9	11.599,2	7.901,3	213,7%	3.652,5	46,0%
IRRF - Remessas ao Exterior	2.599,5	1.530,6	3.366,6	1.836,1	120,0%	767,1	29,5%
IRRF - Outros Rendimentos	868,0	778,0	899,0	121,1	15,6%	31,0	3,6%
IPI	4.521,3	4.008,6	4.112,5	104,0	2,6%	-408,8	-9,0%
IPI - Fumo	514,8	481,0	538,3	57,4	11,9%	23,5	4,6%
IPI - Bebidas	208,7	203,0	251,2	48,2	23,8%	42,5	20,4%
IPI - Automóveis	397,7	261,7	318,5	56,8	21,7%	-79,2	-19,9%
IPI - Vinculado a importação	1.258,1	1.314,5	1.174,0	-140,4	-10,7%	-84,0	-6,7%
IPI - Outros	2.142,0	1.748,4	1.830,4	82,0	4,7%	-311,7	-14,5%
IOF	2.802,6	2.968,7	3.044,3	75,6	2,5%	241,7	8,6%
Imposto de Importação	2.961,0	2.889,8	2.673,6	-216,2	-7,5%	-287,3	-9,7%
Outros	79,6	97,8	98,9	1,1	1,1%	19,3	24,3%
Contribuições	*27.537,4*	*28.707,4*	*28.780,1*	*72,7*	*0,3%*	*1.242,7*	*4,5%*
COFINS	16.740,9	17.200,3	17.052,2	-148,1	-0,9%	311,3	1,9%
CPMF	0,0	0,0	1,3	1,2	-	1,2	-
CSLL	3.769,1	3.800,8	3.822,9	22,0	0,6%	53,8	1,4%
CIDE-Combustíveis	0,5	453,5	467,7	14,2	3,1%	467,3	-
Pis/Pasep	4.495,8	4.558,5	4.491,9	-66,6	-1,5%	-3,8	-0,1%
Salário Educação	1.541,4	1.428,4	1.513,1	84,6	5,9%	-28,3	-1,8%
Complementação ao FGTS (LC nº 110/01)	353,2	394,8	407,8	12,9	3,3%	54,5	15,4%
Outras	636,6	870,9	1.023,3	152,3	17,5%	386,7	60,7%
Demais	*14.314,9*	*8.079,9*	*15.066,5*	*6.986,7*	86,5%	*751,6*	5,3%
CPSS [2/]	1.146,2	1.854,4	1.447,9	-406,5	-21,9%	301,7	26,3%
Cota parte de compensações financeiras	1.669,8	1.564,5	1.397,7	-166,9	-10,7%	-272,1	-16,3%
Diretamente arrecadadas	3.565,5	3.364,1	3.590,2	226,1	6,7%	24,7	0,7%
Concessões	5.106,3	69,9	191,8	121,9	174,4%	-4.914,5	-96,2%
Dividendos	1.036,8	18,2	6.015,3	5.997,1	-	4.978,6	480,2%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Outras	1.790,3	1.208,8	2.423,6	1.214,8	100,5%	633,3	35,4%
(-) Restituições	***-2.546,7***	***-3.701,7***	***-5.707,5***	***-2.005,8***	***54,2%***	***-3.160,8***	***124,1%***
(-) Incentivos Fiscais	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***-***	***0,0***	***-***
Receitas da Previdência Social	**43.717,3**	**25.953,2**	**48.695,4**	**22.742,2**	**87,6%**	**4.978,1**	**11,4%**
Urbana	***43.057,8***	***25.342,7***	***47.960,1***	***22.617,4***	***89,2%***	***4.902,4***	***11,4%***
Rural	***659,6***	***610,5***	***735,3***	***124,7***	***20,4%***	***75,7***	***11,5%***
Receitas do Banco Central	**408,5**	**275,9**	**269,9**	**-6,0**	**-2,2%**	**-138,7**	**-33,9%**
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL [3/]	**21.929,0**	**17.878,1**	**22.525,0**	**4.647,0**	**26,0%**	**596,0**	**2,7%**
Transferências Constitucionais	***18.037,8***	***13.080,4***	***18.479,2***	***5.398,8***	***41,3%***	***441,4***	***2,4%***
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [4/]	***325,0***	***650,0***	***650,0***	***0,0***	***0,0%***	***325,0***	***100,0%***
Transferências da Cide - Combustíveis	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***-***	***0,0***	***-***
Demais Transferências	***3.566,2***	***4.147,7***	***3.395,9***	***-751,8***	***-18,1%***	***-170,4***	***-4,8%***
Salário Educação	880,9	890,5	857,0	-33,4	-3,8%	-23,8	-2,7%
Royalties	1.903,9	2.360,7	1.642,1	-718,7	-30,4%	-261,8	-13,8%
Fundef/Fundeb	685,8	773,1	773,1	0,0	0,0%	87,3	12,7%
Outras	95,7	123,4	123,7	0,3	0,2%	28,0	29,3%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	**99.082,2**	**74.354,3**	**107.564,6**	**33.210,3**	**44,7%**	**8.482,4**	**8,6%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2014	2015		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Dezembro	Novembro	Dezembro	Dez/15 Nov/15		Dez/15 Dez/14	
1. RECEITA TOTAL	**133.927,4**	**93.117,9**	**130.089,7**	**36.971,8**	**39,7%**	**-3.837,7**	**-2,9%**
Receitas do Tesouro Nacional	**85.091,7**	**66.636,9**	**81.124,4**	**14.487,5**	**21,7%**	**-3.967,3**	**-4,7%**
Receita Bruta	***87.910,2***	***70.374,1***	***86.831,9***	***16.457,8***	***23,4%***	***-1.078,3***	***-1,2%***
Impostos	*41.590,9*	*33.233,8*	*42.985,4*	*9.751,6*	29,3%	*1.394,5*	3,4%
IR	30.120,1	23.173,2	33.055,9	9.882,7	42,6%	2.935,9	9,7%
IR - Pessoa Física	1.443,2	2.090,7	1.432,3	-658,4	-31,5%	-10,9	-0,8%
IR - Pessoa Jurídica	7.494,6	6.648,8	6.497,7	-151,1	-2,3%	-996,9	-13,3%
IR - Retido na Fonte	21.182,3	14.433,6	25.125,9	10.692,3	74,1%	3.943,6	18,6%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	8.549,8	8.369,5	9.261,1	891,5	10,7%	711,3	8,3%
IRRF - Rendimentos do Capital	8.794,9	3.733,4	11.599,2	7.865,8	210,7%	2.804,3	31,9%
IRRF - Remessas ao Exterior	2.877,0	1.545,3	3.366,6	1.821,4	117,9%	489,7	17,0%
IRRF - Outros Rendimentos	960,7	785,4	899,0	113,6	14,5%	-61,6	-6,4%
IPI	5.003,9	4.047,0	4.112,5	65,5	1,6%	-891,4	-17,8%
IPI - Fumo	569,8	485,6	538,3	52,7	10,9%	-31,4	-5,5%
IPI - Bebidas	231,0	205,0	251,2	46,3	22,6%	20,3	8,8%
IPI - Automóveis	440,2	264,2	318,5	54,3	20,5%	-121,6	-27,6%
IPI - Vinculado a importação	1.392,4	1.327,1	1.174,0	-153,0	-11,5%	-218,3	-15,7%
IPI - Outros	2.370,6	1.765,2	1.830,4	65,2	3,7%	-540,3	-22,8%
IOF	3.101,7	2.997,2	3.044,3	47,1	1,6%	-57,4	-1,9%
Imposto de Importação	3.277,0	2.917,6	2.673,6	-243,9	-8,4%	-603,4	-18,4%
Outros	88,1	98,8	98,9	0,2	0,2%	10,8	12,3%
Contribuições	*30.476,6*	*28.982,9*	*28.780,1*	*-202,9*	*-0,7%*	*-1.696,5*	*-5,6%*
COFINS	18.527,7	17.365,4	17.052,2	-313,2	-1,8%	-1.475,5	-8,0%
CPMF	0,0	0,0	1,3	1,2	-	1,2	-
CSLL	4.171,4	3.837,3	3.822,9	-14,4	-0,4%	-348,5	-8,4%
CIDE-Combustíveis	0,5	457,9	467,7	9,8	2,1%	467,2	-
Pis/Pasep	4.975,6	4.602,3	4.491,9	-110,3	-2,4%	-483,7	-9,7%
Salário Educação	1.705,9	1.442,1	1.513,1	70,9	4,9%	-192,8	-11,3%
Complementação ao FGTS (LC nº 110/01)	390,9	398,6	407,8	9,1	2,3%	16,8	4,3%
Outras	704,5	879,3	1.023,3	144,0	16,4%	318,8	45,2%
Demais	*15.842,8*	*8.157,4*	*15.066,5*	*6.909,1*	84,7%	*-776,3*	-4,9%
CPSS [2/]	1.268,6	1.872,2	1.447,9	-424,3	-22,7%	179,4	14,1%
Cota parte de compensações financeiras	1.848,0	1.579,5	1.397,7	-181,9	-11,5%	-450,4	-24,4%
Diretamente arrecadadas	3.946,1	3.396,4	3.590,2	193,8	5,7%	-355,9	-9,0%
Concessões	5.651,3	70,6	191,8	121,2	171,8%	-5.459,5	-96,6%
Dividendos	1.147,4	18,4	6.015,3	5.997,0	-	4.867,9	424,2%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Outras	1.981,4	1.220,4	2.423,6	1.203,2	98,6%	442,2	22,3%
(-) Restituições	***-2.818,5***	***-3.737,2***	***-5.707,5***	***-1.970,3***	***52,7%***	***-2.889,0***	***102,5%***
(-) Incentivos Fiscais	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***-***	***0,0***	***-***
Receitas da Previdência Social	**48.383,5**	**26.202,4**	**48.695,4**	**22.493,0**	**85,8%**	**311,9**	**0,6%**
Urbana	***47.653,5***	***25.586,0***	***47.960,1***	***22.374,1***	***87,4%***	***306,6***	***0,6%***
Rural	***730,0***	***616,4***	***735,3***	***118,9***	***19,3%***	***5,3***	***0,7%***
Receitas do Banco Central	**452,1**	**278,6**	**269,9**	**-8,7**	**-3,1%**	**-182,3**	**-40,3%**
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL [3/]	**24.269,6**	**18.049,7**	**22.525,0**	**4.475,3**	**24,8%**	**-1.744,6**	**-7,2%**
Transferências Constitucionais	***19.963,0***	***13.206,0***	***18.479,2***	***5.273,2***	***39,9%***	***-1.483,9***	***-7,4%***
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [4/]	***359,7***	***656,2***	***650,0***	***-6,2***	***-1,0%***	***290,3***	***80,7%***
Transferências da Cide - Combustíveis	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***-***	***0,0***	***-***
Demais Transferências	***3.946,9***	***4.187,5***	***3.395,9***	***-791,6***	***-18,9%***	***-551,0***	***-14,0%***
Salário Educação	974,9	899,0	857,0	-42,0	-4,7%	-117,8	-12,1%
Royalties	2.107,1	2.383,4	1.642,1	-741,3	-31,1%	-465,0	-22,1%
Fundef/Fundeb	759,0	780,5	773,1	-7,4	-1,0%	14,1	1,9%
Outras	105,9	124,6	123,7	-0,9	-0,7%	17,8	16,8%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	**109.657,7**	**75.068,1**	**107.564,6**	**32.496,5**	**43,3%**	**-2.093,1**	**-1,9%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2014 Jan-Dez	2015 Jan-Dez	Diferença Jan-Dez/15 Jan-Dez/14	Variação (%)
1. RECEITA TOTAL	**1.224.040,6**	**1.250.183,5**	**26.142,9**	**2,1%**
Receitas do Tesouro Nacional	**883.285,2**	**896.811,3**	**13.526,1**	**1,5%**
Receita Bruta	***906.082,9***	***929.023,6***	***22.940,7***	***2,5%***
Impostos	*422.808,0*	*446.307,7*	*23.499,7*	*5,6%*
IR	304.436,9	322.100,9	17.664,0	5,8%
IR - Pessoa Física	27.778,5	28.449,7	671,1	2,4%
IR - Pessoa Jurídica	121.188,8	113.396,6	-7.792,2	-6,4%
IR - Retido na Fonte	155.469,5	180.254,5	24.785,0	15,9%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	87.021,1	93.221,5	6.200,4	7,1%
IRRF - Rendimentos do Capital	39.815,6	52.469,1	12.653,4	31,8%
IRRF - Remessas ao Exterior	18.657,9	24.203,9	5.546,0	29,7%
IRRF - Outros Rendimentos	9.974,8	10.360,0	385,2	3,9%
IPI	50.711,4	49.266,4	-1.445,0	-2,8%
IPI - Fumo	5.654,0	5.682,5	28,5	0,5%
IPI - Bebidas	3.343,5	2.548,0	-795,5	-23,8%
IPI - Automóveis	4.558,8	4.049,7	-509,1	-11,2%
IPI - Vinculado a importação	15.187,3	16.820,8	1.633,5	10,8%
IPI - Outros	21.967,7	20.165,5	-1.802,3	-8,2%
IOF	29.769,8	34.692,7	4.922,9	16,5%
Imposto de Importação	36.839,1	39.015,1	2.176,0	5,9%
Outros	1.050,9	1.232,6	181,8	17,3%
Contribuições	*341.916,1*	*352.518,4*	*10.602,3*	*3,1%*
COFINS	194.549,0	201.672,5	7.123,5	3,7%
CPMF	8,5	17,9	9,5	112,0%
CSLL	65.547,4	61.381,6	-4.165,8	-6,4%
CIDE-Combustíveis	13,8	3.312,2	3.298,3	-
Pis/Pasep	51.955,2	53.781,3	1.826,1	3,5%
Salário Educação	18.300,7	19.084,1	783,4	4,3%
Complementação ao FGTS (LC nº 110/01)	4.037,5	4.793,2	755,6	18,7%
Outras	7.504,0	8.475,6	971,6	12,9%
Demais	*141.358,8*	*130.197,5*	*-11.161,3*	*-7,9%*
CPSS [2/]	13.260,3	14.578,4	1.318,0	9,9%
Cota parte de compensações financeiras	39.372,8	28.201,1	-11.171,7	-28,4%
Diretamente arrecadadas	42.800,4	46.537,1	3.736,8	8,7%
Concessões	7.921,1	5.891,2	-2.029,9	-25,6%
Dividendos	18.939,6	12.072,6	-6.867,0	-36,3%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	-
Outras	19.064,6	22.917,0	3.852,4	20,2%
(-) Restituições	***-22.791,4***	***-32.201,7***	***-9.410,3***	***41,3%***
(-) Incentivos Fiscais	***-6,3***	***-10,6***	***-4,3***	***68,7%***
Receitas da Previdência Social	**337.503,1**	**350.272,0**	**12.768,9**	**3,8%**
Urbana	***330.833,0***	***343.190,7***	***12.357,8***	***3,7%***
Rural	***6.670,2***	***7.081,3***	***411,1***	***6,2%***
Receitas do Banco Central	**3.252,3**	**3.100,2**	**-152,1**	**-4,7%**
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL [3/]	**210.165,2**	**215.758,6**	**5.593,4**	**2,7%**
Transferências Constitucionais	***156.823,0***	***165.695,2***	***8.872,2***	***5,7%***
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [4/]	***3.900,0***	***3.900,0***	***0,0***	***0,0%***
Transferências da Cide - Combustíveis	***116,1***	***448,0***	***331,9***	***285,9%***
Demais Transferências	***49.326,2***	***45.715,4***	***-3.610,8***	***-7,3%***
Salário Educação	10.800,8	12.355,1	1.554,3	14,4%
Royalties	25.151,0	18.836,9	-6.314,1	-25,1%
Fundef/Fundeb	10.859,5	13.287,7	2.428,3	22,4%
Outras	2.514,9	1.235,7	-1.279,2	-50,9%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	**1.013.875,4**	**1.034.424,9**	**20.549,5**	**2,0%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2014 Jan-Dez	2015 Jan-Dez	Diferença Jan-Dez/15 Jan-Dez/14	Variação (%)
1. RECEITA TOTAL	**1.391.424,5**	**1.304.248,0**	**-87.176,5**	**-6,3%**
Receitas do Tesouro Nacional	**1.004.746,6**	**936.529,0**	**-68.217,5**	**-6,8%**
Receita Bruta	***1.030.469,3***	***969.801,3***	***-60.668,0***	***-5,9%***
Impostos	*480.952,8*	*466.085,7*	*-14.867,1*	*-3,1%*
IR	346.435,0	336.512,5	-9.922,5	-2,9%
IR - Pessoa Física	31.580,4	29.698,8	-1.881,6	-6,0%
IR - Pessoa Jurídica	138.249,5	119.101,0	-19.148,5	-13,9%
IR - Retido na Fonte	176.605,1	187.712,7	11.107,6	6,3%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	98.961,8	97.320,2	-1.641,5	-1,7%
IRRF - Rendimentos do Capital	45.107,6	54.359,0	9.251,4	20,5%
IRRF - Remessas ao Exterior	21.197,5	25.212,1	4.014,6	18,9%
IRRF - Outros Rendimentos	11.338,3	10.821,5	-516,8	-4,6%
IPI	57.625,3	51.428,4	-6.196,9	-10,8%
IPI - Fumo	6.441,0	5.956,2	-484,8	-7,5%
IPI - Bebidas	3.808,5	2.666,5	-1.142,0	-30,0%
IPI - Automóveis	5.175,5	4.228,6	-946,9	-18,3%
IPI - Vinculado a importação	17.261,7	17.551,3	289,7	1,7%
IPI - Outros	24.938,7	21.025,9	-3.912,8	-15,7%
IOF	33.812,7	36.150,3	2.337,7	6,9%
Imposto de Importação	41.896,5	40.728,0	-1.168,6	-2,8%
Outros	1.183,3	1.266,5	83,2	7,0%
Contribuições	*388.890,7*	*368.089,5*	*-20.801,2*	*-5,3%*
COFINS	221.109,7	210.337,0	-10.772,7	-4,9%
CPMF	9,5	18,3	8,7	91,6%
CSLL	74.738,5	64.446,1	-10.292,5	-13,8%
CIDE-Combustíveis	15,6	3.394,1	3.378,5	-
Pis/Pasep	59.062,9	56.113,0	-2.949,9	-5,0%
Salário Educação	20.833,2	19.966,1	-867,1	-4,2%
Complementação ao FGTS (LC nº 110/01)	4.588,4	4.993,7	405,2	8,8%
Outras	8.532,8	8.821,3	288,5	3,4%
Demais	*160.625,8*	*135.626,1*	*-24.999,7*	*-15,6%*
CPSS [2/]	15.053,7	15.167,1	113,3	0,8%
Cota parte de compensações financeiras	44.882,6	29.513,2	-15.369,4	-34,2%
Diretamente arrecadadas	48.725,5	48.627,3	-98,2	-0,2%
Concessões	8.875,7	6.170,7	-2.705,1	-30,5%
Dividendos	21.592,8	12.359,3	-9.233,5	-42,8%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	-
Outras	21.495,4	23.788,6	2.293,1	10,7%
(-) Restituições	***-25.715,5***	***-33.261,2***	***-7.545,7***	***29,3%***
(-) Incentivos Fiscais	***-7,2***	***-11,1***	***-3,8***	***52,7%***
Receitas da Previdência Social	**382.982,1**	**364.496,2**	**-18.485,9**	**-4,8%**
Urbana	***375.406,4***	***357.126,9***	***-18.279,4***	***-4,9%***
Rural	***7.575,7***	***7.369,3***	***-206,4***	***-2,7%***
Receitas do Banco Central	**3.695,8**	**3.222,7**	**-473,1**	**-12,8%**
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL [3/]	**239.088,4**	**225.332,8**	**-13.755,6**	**-5,8%**
Transferências Constitucionais	***178.377,0***	***173.011,2***	***-5.365,9***	***-3,0%***
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [4/]	***4.493,4***	***3.997,8***	***-495,6***	***-11,0%***
Transferências da Cide - Combustíveis	***136,0***	***459,2***	***323,2***	***237,7%***
Demais Transferências	***56.082,1***	***47.864,7***	***-8.217,4***	***-14,7%***
Salário Educação	12.291,3	12.960,6	669,3	5,4%
Royalties	28.553,9	19.639,3	-8.914,7	-31,2%
Fundef/Fundeb	12.376,5	13.996,7	1.620,2	13,1%
Outras	2.860,4	1.268,2	-1.592,2	-55,7%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	**1.152.336,1**	**1.078.915,2**	**-73.420,9**	**-6,4%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Tabela 3.1. Dividendos pagos à União [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2014	2015		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Dezembro	Novembro	Dezembro	Dez/15 Nov/15		Dez/15 Dez/14	
DIVIDENDOS	**1.036,8**	**18,2**	**6.015,3**	**5.997,1**	**-**	**4.978,6**	**480,2%**
Banco do Brasil	494,1	0,0	647,2	647,2	-	153,1	31,0%
BNB	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
BNDES	0,0	0,0	4.972,0	4.972,0	-	4.972,0	-
Caixa	450,0	0,0	380,8	380,8	-	-69,2	-15,4%
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Eletrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IRB	35,3	5,2	6,2	1,1	20,5%	-29,0	-82,4%
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Demais	57,4	13,0	9,1	-3,9	-30,1%	-48,3	-84,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Tabela 3.1. Dividendos pagos à União [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)

Discriminação	2014	2015		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Dezembro	Novembro	Dezembro	Dez/15 Nov/15		Dez/15 Dez/14	
DIVIDENDOS	**1.147,4**	**18,4**	**6.015,3**	**5.997,0**	**-**	**4.867,9**	**424,2%**
Banco do Brasil	546,8	0,0	647,2	647,2	-	100,4	18,4%
BNB	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
BNDES	0,0	0,0	4.972,0	4.972,0	-	4.972,0	-
Caixa	498,0	0,0	380,8	380,8	-	-117,2	-23,5%
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Eletrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IRB	39,0	5,2	6,2	1,0	19,3%	-32,8	-84,1%
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Demais	63,5	13,2	9,1	-4,0	-30,8%	-54,4	-85,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Tabela 3.2. Dividendos pagos à União [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2014 Jan-Dez	2015 Jan-Dez	Diferença Jan-Dez/15 Jan-Dez/14	Variação (%) Jan-Dez/15 Jan-Dez/14
DIVIDENDOS	**18.939,6**	**12.072,6**	**-6.867,0**	**-36,3%**
Banco do Brasil	2.413,0	2.997,7	584,7	24,2%
BNB	97,5	248,6	151,1	155,0%
BNDES	9.079,7	4.972,0	-4.107,7	-45,2%
Caixa	4.356,4	3.399,0	-957,4	-22,0%
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletrobras	230,5	0,0	-230,5	-100,0%
IRB	85,3	121,7	36,4	42,7%
Petrobras	2.012,7	0,0	-2.012,7	-100,0%
Demais	664,6	333,7	-330,9	-49,8%

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Tabela 3.2. Dividendos pagos à União [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)

Discriminação	2014 Jan-Dez	2015 Jan-Dez	Diferença Jan-Dez/15 Jan-Dez/14	Variação (%)
DIVIDENDOS	**21.592,8**	**12.359,3**	**-9.233,5**	**-42,8%**
Banco do Brasil	2.732,4	3.112,2	379,8	13,9%
BNB	110,9	262,5	151,5	136,6%
BNDES	10.375,3	4.972,0	-5.403,3	-52,1%
Caixa	4.958,8	3.535,3	-1.423,5	-28,7%
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletrobras	262,7	0,0	-262,7	-100,0%
IRB	96,3	128,3	32,0	33,3%
Petrobras	2.304,3	0,0	-2.304,3	-100,0%
Demais	752,2	349,0	-403,1	-53,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões - A Preços Correntes

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2014	2015		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Dezembro	Novembro	Dezembro	Dez/15 Nov/15		Dez/15 Dez/14	
DESPESA TOTAL	**98.019,1**	**95.584,2**	**169.146,8**	**73.562,5**	**77,0%**	**71.127,6**	**72,6%**
Despesas do Tesouro	**55.745,4**	**54.510,0**	**123.094,3**	**68.584,3**	**125,8%**	**67.348,8**	**120,8%**
Pessoal e Encargos Sociais [2/]	***23.094,6***	***23.862,1***	***25.083,3***	***1.221,2***	***5,1%***	***1.988,7***	***8,6%***
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	***284,2***	***3.560,6***	***128,3***	***-3.432,3***	***-96,4%***	***-155,9***	*-54,9%*
Custeio e Capital	***32.297,3***	***30.438,1***	***97.784,0***	***67.345,9***	***221,3%***	***65.486,7***	***202,8%***
Despesa do FAT	*3.458,4*	*4.124,1*	*3.604,9*	*-519,2*	*-12,6%*	*146,5*	*4,2%*
Abono e Seguro Desemprego	3.401,0	4.083,6	3.569,8	-513,8	-12,6%	168,8	5,0%
Abono	165,0	1.597,6	531,6	-1.066,0	-66,7%	366,6	222,2%
Seguro Desemprego	3.236,0	2.486,0	3.038,2	552,2	22,2%	-197,8	-6,1%
d/q Seguro Defeso	198,2	63,7	209,5	145,8	229,0%	11,4	5,7%
Demais Despesas do FAT	57,4	40,5	35,2	-5,3	-13,2%	-22,3	-38,8%
Subsídios e Subvenções Econômicas [4/]	*533,6*	*882,7*	*35.584,8*	*34.702,2*	-	*35.051,2*	-
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	153,2	303,2	35.031,0	34.727,8	-	34.877,8	-
Equalização de custeio agropecuário	91,2	25,0	2.954,0	2.929,0	-	2.862,8	-
Equalização de invest. rural e agroindustrial [5/]	6,4	5,8	1.490,1	1.484,4	-	1.483,8	-
Política de preços agrícolas	5,8	68,4	185,2	116,8	170,7%	179,4	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,1	152,1	152,1	-	152,1	-
Equalização Aquisições do Governo Federal	-20,4	27,7	20,0	-7,7	-27,7%	40,5	-
Garantia à Sustentação de Preços	26,3	40,7	13,0	-27,6	-68,0%	-13,2	-50,4%
Pronaf	-88,5	0,6	6.129,9	6.129,4	-	6.218,5	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	37,0	9,9	6.155,5	6.145,6	-	6.118,5	-
Concessão de Financiamento [6/]	-125,5	-9,4	-25,6	-16,2	173,0%	99,9	-79,6%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	
Proex	92,9	71,1	39,2	-31,9	-44,9%	-53,7	-57,8%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	126,5	125,5	93,2	-32,3	-25,7%	-33,3	-26,3%
Concessão de Financiamento [6/]	-33,6	-54,4	-54,1	0,4	-0,7%	-20,4	60,8%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) [7/]	3,1	0,0	6,2	6,2	-	3,1	100,5%
Álcool	0,0	0,0	1,5	1,5	-	1,5	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	0,0	1.506,2	1.506,2	-	1.506,2	-
Fundo da terra/ INCRA [6/]	32,2	-2,5	21,4	23,9	-	-10,9	-33,7%
Funcafé	10,0	8,9	21,4	12,6	142,1%	11,4	114,2%
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	0,0	5,0	22.852,6	22.847,6	-	22.852,6	-
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) [8/]	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) [6/]	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	121,0	0,0	-121,0	-100,0%	0,0	-
Subvenções Econômicas	0,2	0,0	0,0	0,0	-	-0,2	-100,0%
Equalização dos Fundos FDA/FNDE/FCO	0,0	0,0	5,4	5,4	-	5,4	-
Sudene	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	
Receitas de Recuperação de Subvenções 12/	0,0	0,0	-182,2	-182,2		-182,2	
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	*380,4*	*579,5*	*553,8*	*-25,7*	*-4,4%*	*173,4*	*45,6%*
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) [9/]	*3.262,8*	*3.652,7*	*3.522,6*	*-130,1*	*-3,6%*	*259,8*	*8,0%*
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios [10/]	*0,0*	*203,1*	*-0,1*	*-203,2*	-	*-0,1*	-
Capitalização da Petrobras	*0,0*	*0,0*	*0,0*	*0,0*	-	*0,0*	-
Auxílio à CDE	207,7	*0,0*	*0,0*	*0,0*	-	*-207,7*	*-100,0%*
Outras Despesas de Custeio e Capital	24.834,7	21.778,6	55.071,6	33.293,0	*152,9%*	*30.236,9*	*121,8%*
Sentenças Judiciais e Precatórios	3.701,1	711,5	7.268,0	6.556,5	921,5%	3.566,9	96,4%
Legislativo	206,4	122,8	169,0	46,2	37,6%	-37,4	-18,1%
Judiciário	962,3	829,0	968,5	139,5	16,8%	6,2	0,6%
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	201,7	516,9	3.189,4	2.672,5	517,0%	2.987,7	-
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	3.778,9	2.258,3	12.320,2	10.061,9	445,6%	8.541,2	226,0%
d/q Minha Casa Minha Vida - MCMV	905,0	114,0	9.269,1	9.155,1	-	8.364,1	924,2%
Fundo Constitucional DF	130,5	619,4	380,4	-239,0	-38,6%	249,9	191,5%
Outras Obrigatórias	117,7	95,8	250,3	154,5	161,3%	132,7	112,7%
Discricionárias	13.759,6	16.130,1	12.876,4	-3.253,7	-20,2%	-883,1	-6,4%
Min. da Saúde	6.085,2	7.504,8	4.276,4	-3.228,4	-43,0%	-1.808,8	-29,7%
Min. do Des. Social	2.823,7	2.561,7	2.322,9	-238,8	-9,3%	-500,7	-17,7%
Min. da Educação	2.523,8	2.925,2	2.164,4	-760,9	-26,0%	-359,4	-14,2%
Demais	2.327,0	3.138,4	4.112,7	974,3	31,0%	1.785,8	76,7%
Compensação RGPS [10/]	*1.776,5*	*0,0*	*6.191,3*	*6.191,3*	-	***4.414,8***	***248,5%***
Complementação do FGTS (LC nº 110/01)	*200,0*	*494,8*	*11.458,1*	*10.963,3*		***11.258,1***	
Transferência do Tesouro ao Banco Central	***353,6***	***209,8***	***227,0***	***17,2***	***8,2%***	***-126,6***	***-35,8%***
Benefícios Previdenciários	**41.948,2**	**40.750,9**	**45.653,6**	**4.902,7**	**12,0%**	**3.705,4**	**8,8%**
Benefícios Previdenciários - Urbano [3/]	***33.968,4***	***30.331,0***	***36.564,5***	***6.233,6***	***20,6%***	***2.596,2***	***7,6%***
Sentenças Judiciais e Precatórios	*508,8*	*2.994,4*	*109,6*	*-2.884,8*	*-96,3%*	*-399,2*	*-78,5%*
Benefícios Previdenciários - Rural [3/]	***7.979,8***	***10.420,0***	***9.089,1***	***-1.330,9***	***-12,8%***	***1.109,3***	***13,9%***
Sentenças Judiciais e Precatórios	*120,3*	*1.033,7*	*27,4*	*-1.006,3*	*-97,3%*	*-92,9*	*-77,2%*
Despesas do Banco Central	**325,5**	**323,3**	**398,9**	**75,6**	**23,4%**	**73,4**	**22,6%**
Memo:	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Parcela patronal da CPSS [2/]	1.442,1	2.171,3	1.887,9	-283,4	-13,1%	445,8	30,9%
RMV [8/]	125,5	123,6	126,3	2,7	2,2%	0,8	0,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

2/ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

6/ Concessão de empréstimos menos retornos.

7/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

8/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

9/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

10/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2014	2015		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Dezembro	Novembro	Dezembro	Dez/15 Nov/15		Dez/15 Dez/14	
DESPESA TOTAL	**108.481,2**	**96.501,8**	**169.146,8**	**72.644,9**	**75,3%**	**60.665,5**	**55,9%**
Despesas do Tesouro	**61.695,4**	**55.033,3**	**123.094,3**	**68.061,0**	**123,7%**	**61.398,8**	**99,5%**
Pessoal e Encargos Sociais [2/]	***25.559,6***	***24.091,1***	***25.083,3***	***992,1***	***4,1%***	***-476,3***	***-1,9%***
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	***314,5***	***3.594,8***	***128,3***	***-3.466,5***	***-96,4%***	***-186,2***	*-59,2%*
Custeio e Capital	***35.744,5***	***30.730,3***	***97.784,0***	***67.053,7***	***218,2%***	***62.039,4***	***173,6%***
Despesa do FAT	*3.827,6*	*4.163,7*	*3.604,9*	*-558,8*	*-13,4%*	*-222,6*	*-5,8%*
Abono e Seguro Desemprego	3.764,0	4.122,8	3.569,8	-553,0	-13,4%	-194,2	-5,2%
Abono	182,6	1.612,9	531,6	-1.081,4	-67,0%	349,0	191,1%
Seguro Desemprego	3.581,4	2.509,9	3.038,2	528,3	21,0%	-543,2	-15,2%
d/q Seguro Defeso	219,3	64,3	209,5	145,2	225,9%	-9,8	-4,5%
Demais Despesas do FAT	63,6	40,9	35,2	-5,7	-14,0%	-28,4	-44,7%
Subsídios e Subvenções Econômicas [4/]	*590,6*	*891,1*	*35.584,8*	*34.693,7*	-	*34.994,3*	-
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	169,5	306,1	35.031,0	34.724,9	-	34.861,5	-
Equalização de custeio agropecuário	100,9	25,2	2.954,0	2.928,8	-	2.853,1	-
Equalização de invest. rural e agroindustrial [5/]	7,0	5,8	1.490,1	1.484,3	-	1.483,1	-
Política de preços agrícolas	6,4	69,1	185,2	116,1	168,1%	178,8	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,1	152,1	152,1	-	152,1	-
Equalização Aquisições do Governo Federal	-22,6	28,0	20,0	-7,9	-28,3%	42,7	-
Garantia à Sustentação de Preços	29,1	41,1	13,0	-28,0	-68,3%	-16,0	-55,2%
Pronaf	-98,0	0,6	6.129,9	6.129,3	-	6.227,9	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	40,9	10,0	6.155,5	6.145,5	-	6.114,6	-
Concessão de Financiamento [6/]	-138,9	-9,5	-25,6	-16,1	170,4%	113,3	-81,6%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	
Proex	102,8	71,8	39,2	-32,6	-45,4%	-63,6	-61,9%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	140,0	126,7	93,2	-33,5	-26,4%	-46,8	-33,4%
Concessão de Financiamento [6/]	-37,2	-54,9	-54,1	0,9	-1,6%	-16,9	45,3%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) [7/]	3,4	0,0	6,2	6,2	-	2,8	81,2%
Álcool	0,0	0,0	1,5	1,5	-	1,5	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	0,0	1.506,2	1.506,2	-	1.506,2	-
Fundo da terra/ INCRA [6/]	35,7	-2,5	21,4	23,9	-	-14,3	-40,1%
Funcafé	11,1	8,9	21,4	12,5	139,8%	10,4	93,6%
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	0,0	5,0	22.852,6	22.847,6	-	22.852,6	-
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) [8/]	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) [6/]	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	122,1	0,0	-122,1	-100,0%	0,0	-
Subvenções Econômicas	0,2	0,0	0,0	0,0	-	-0,2	-100,0%
Equalização dos Fundos FDA/FNDE/FCO	0,0	0,0	5,4	5,4	-	5,4	-
Sudene	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	
Receitas de Recuperação de Subvenções [11/]	0,0	0,0	-182,2	-182,2		-182,2	
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	*421,0*	*585,1*	*553,8*	*-31,2*	*-5,3%*	*132,8*	*31,5%*
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) [9/]	*3.611,1*	*3.687,7*	*3.522,6*	*-165,1*	*-4,5%*	*-88,5*	*-2,5%*
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	*0,0*	*205,0*	*-0,1*	*-205,1*	-	*-0,1*	-
Capitalização da Petrobras	*0,0*	*0,0*	*0,0*	*0,0*	-	*0,0*	-
Auxílio à CDE	229,9	*0,0*	*0,0*	*0,0*	-	*-229,9*	*-100,0%*
Outras Despesas de Custeio e Capital	27.485,4	21.987,7	55.071,6	33.083,9	*150,5%*	*27.586,2*	*100,4%*
Sentenças Judiciais e Precatórios	4.096,2	718,3	7.268,0	6.549,7	911,8%	3.171,8	77,4%
Legislativo	228,4	124,0	169,0	45,0	36,3%	-59,5	-26,0%
Judiciário	1.065,0	836,9	968,5	131,6	15,7%	-96,5	-9,1%
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	223,2	521,9	3.189,4	2.667,5	511,2%	2.966,2	-
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	4.182,3	2.279,9	12.320,2	10.040,2	440,4%	8.137,9	194,6%
d/q Minha Casa Minha Vida - MCMV	1.001,6	115,1	9.269,1	9.154,0	-	8.267,5	825,4%
Fundo Constitucional DF	144,4	625,3	380,4	-245,0	-39,2%	235,9	163,4%
Outras Obrigatórias [10/]	130,2	96,7	250,3	153,6	158,8%	120,1	92,2%
Discricionárias	15.228,2	16.285,0	12.876,4	-3.408,5	-20,9%	-2.351,8	-15,4%
Min. da Saúde	6.734,7	7.576,9	4.276,4	-3.300,5	-43,6%	-2.458,3	-36,5%
Min. do Des. Social	3.125,1	2.586,3	2.322,9	-263,3	-10,2%	-802,1	-25,7%
Min. da Educação	2.793,1	2.953,3	2.164,4	-788,9	-26,7%	-628,7	-22,5%
Demais	2.575,3	3.168,5	4.112,7	944,2	29,8%	1.537,4	59,7%
Compensação RGPS [10/]	*1.966,1*	*0,0*	*6.191,3*	*6.191,3*	-	4.225,2	***214,9%***
Complementação do FGTS (LC nº 110/01)	*221,3*	*499,6*	*11.458,1*	*10.958,5*		11.236,8	
Transferência do Tesouro ao Banco Central	***391,3***	***211,9***	***227,0***	***15,1***	***7,1%***	***-164,3***	***-42,0%***
Benefícios Previdenciários	**46.425,5**	**41.142,2**	**45.653,6**	**4.511,4**	**11,0%**	**-771,9**	**-1,7%**
Benefícios Previdenciários - Urbano [3/]	***37.594,0***	***30.622,2***	***36.564,5***	***5.942,4***	***19,4%***	***-1.029,5***	***-2,7%***
Sentenças Judiciais e Precatórios	*563,1*	*3.023,2*	*109,6*	*-2.913,6*	*-96,4%*	*-453,5*	*-80,5%*
Benefícios Previdenciários - Rural [3/]	***8.831,5***	***10.520,0***	***9.089,1***	***-1.430,9***	***-13,6%***	***257,5***	***2,9%***
Sentenças Judiciais e Precatórios	*133,2*	*1.043,7*	*27,4*	*-1.016,2*	*-97,4%*	*-105,8*	*-79,4%*
Despesas do Banco Central	**360,2**	**326,4**	**398,9**	**72,5**	**22,2%**	**38,7**	**10,7%**
Memo:	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Parcela patronal da CPSS [2/]	1.596,0	2.192,1	1.887,9	-304,2	-13,9%	291,8	18,3%
RMV [8/]	138,9	124,8	126,3	1,5	1,2%	-12,6	-9,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

2/ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

6/ Concessão de empréstimos menos retornos.

7/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

8/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

9/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

10/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - A Preços Correntes

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2014 Jan-Dez	2015 Jan-Dez	Diferença Jan-Dez/15 Jan-Dez/14	Variação (%)
DESPESA TOTAL	**1.031.086,0**	**1.150.265,5**	**119.179,5**	**11,6%**
Despesas do Tesouro	**633.517,6**	**710.376,0**	**76.858,4**	**12,1%**
Pessoal e Encargos Sociais [2/]	***219.834,1***	***235.764,1***	***15.930,1***	***7,2%***
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	***4.653,3***	***5.842,6***	***1.189,3***	*25,6%*
Custeio e Capital	***411.117,1***	***472.217,7***	***61.100,6***	***14,9%***
Despesa do FAT	*54.381,2*	*47.973,5*	*-6.407,7*	*-11,8%*
Abono e Seguro Desemprego	53.874,9	47.494,6	-6.380,3	-11,8%
Abono	16.683,3	9.180,8	-7.502,5	-45,0%
Seguro Desemprego	37.191,5	38.313,8	1.122,2	3,0%
d/q Seguro Defeso	2.400,2	2.749,5	349,3	14,6%
Demais Despesas do FAT	506,4	478,9	-27,5	-5,4%
Subsídios e Subvenções Econômicas [4/]	*8.984,8*	*58.930,0*	*49.945,2*	*555,9%*
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	4.429,1	52.571,9	48.142,8	-
Equalização de custeio agropecuário	640,5	5.177,4	4.536,8	708,3%
Equalização de invest. rural e agroindustrial [5/]	70,8	2.499,4	2.428,6	-
Política de preços agrícolas	911,5	843,9	-67,6	-7,4%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	7,6	301,0	293,3	-
Equalização Aquisições do Governo Federal	453,9	28,0	-426,0	-93,8%
Garantia à Sustentação de Preços	449,9	515,0	65,0	14,5%
Pronaf	504,5	9.908,5	9.404,0	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	470,2	10.031,0	9.560,9	-
Concessão de Financiamento [6/]	34,3	-122,6	-156,9	-
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-
Proex	628,9	346,7	-282,2	-44,9%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	859,9	778,4	-81,5	-9,5%
Concessão de Financiamento [6/]	-230,9	-431,7	-200,7	86,9%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) [7/]	355,5	300,9	-54,7	-15,4%
Álcool	0,0	48,9	48,9	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	1.506,2	1.506,2	-
Fundo da terra/ INCRA [6/]	45,2	62,1	16,9	37,3%
Funcafé	103,9	101,2	-2,7	-2,6%
Revitaliza	2,8	2,4	-0,5	-16,9%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	110,7	30.283,7	30.172,9	-
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	367,3	392,3	25,0	6,8%
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) [8/]	0,8	5,0	4,2	497,7%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) [6/]	0,0	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	125,0	518,7	393,7	315,0%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	406,3	792,5	386,2	95,0%
Subvenções Econômicas	153,0	0,0	-153,0	-100,0%
Equalização dos Fundos FDA/FNDE/FCO	2,1	16,5	14,4	694,5%
Sudene	0,0	0,0	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-234,3	-234,3	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	4.555,7	6.358,2	1.802,4	39,6%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) [9/]	38.557,8	42.538,4	3.980,6	*10,3%*
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	646,0	895,9	249,8	*38,7%*
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	-
Auxílio à CDE	9.207,7	1.260,8	-7.947,0	*-86,3%*
Outras Despesas de Custeio e Capital	299.985,6	321.515,1	21.529,5	*7,2%*
Sentenças Judiciais e Precatórios	4.855,0	9.878,8	5.023,9	103,5%
Legislativo	1.674,7	1.681,6	6,9	0,4%
Judiciário	8.752,8	10.104,6	1.351,8	15,4%
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	4.035,9	6.157,3	2.121,4	52,6%
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	57.698,0	47.259,3	-10.438,8	-18,1%
d/q Minha Casa Minha Vida - MCMV	17.430,7	20.709,2	3.278,5	18,8%
Fundo Constitucional DF	1.217,0	7.059,8	5.842,8	480,1%
Outras Obrigatórias	2.162,9	3.589,6	1.426,7	66,0%
Discricionárias	200.637,2	193.433,4	-7.203,8	-3,6%
Min. da Saúde	84.556,3	85.650,8	1.094,5	1,3%
Min. do Des. Social	31.244,2	30.387,9	-856,3	-2,7%
Min. da Educação	36.392,9	32.643,2	-3.749,7	-10,3%
Demais	48.443,8	44.751,5	-3.692,3	-7,6%
Compensação RGPS [10/]	18.052,0	25.407,0	7.355,0	40,7%
Complementação do FGTS (LC nº 110/01)	900,0	16.943,7	16.043,7	-
Transferência do Tesouro ao Banco Central	***2.566,5***	***2.394,1***	***-172,3***	***-6,7%***
Benefícios Previdenciários	**394.201,2**	**436.090,1**	**41.888,9**	**10,6%**
Benefícios Previdenciários - Urbano [3/]	***305.498,7***	***338.049,3***	***32.550,6***	***10,7%***
Sentenças Judiciais e Precatórios	*7.141,2*	*7.335,2*	*194,0*	*2,7%*
Benefícios Previdenciários - Rural [3/]	***88.702,6***	***98.040,8***	***9.338,2***	***10,5%***
Sentenças Judiciais e Precatórios	*2.210,1*	*2.286,5*	*76,5*	*3,5%*
Despesas do Banco Central	**3.367,1**	**3.799,4**	**432,3**	**12,8%**
Memo:	0,0	0,0	0,0	-
Parcela patronal da CPSS [2/]	16.018,0	17.570,1	1.552,0	9,7%
RMV [8/]	1.666,1	1.578,1	-88,0	-5,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

2/ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

6/ Concessão de empréstimos menos retornos.

7/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

8/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

9/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

10/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - A Preços de Dezembro de 2015 (IPCA)

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2014 Jan-Dez	2015 Jan-Dez	Diferença Jan-Dez/15 Jan-Dez/14	Variação (%) Jan-Dez/15 Jan-Dez/14
DESPESA TOTAL	**1.171.052,7**	**1.195.516,9**	**24.464,2**	**2,1%**
Despesas do Tesouro	**719.816,5**	**737.868,2**	**18.051,7**	**2,5%**
Pessoal e Encargos Sociais [2/]	***249.687,5***	***245.462,3***	***-4.225,3***	***-1,7%***
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	***5.243,4***	***5.973,1***	***729,7***	*13,9%*
Custeio e Capital	***467.211,3***	***489.919,1***	***22.707,8***	***4,9%***
Despesa do FAT	*61.705,5*	*49.988,2*	*-11.717,3*	*-19,0%*
Abono e Seguro Desemprego	61.131,0	49.491,2	-11.639,8	-19,0%
Abono	18.848,3	9.422,2	-9.426,1	-50,0%
Seguro Desemprego	42.282,7	40.069,0	-2.213,7	-5,2%
d/q Seguro Defeso	2.754,9	2.917,1	162,1	5,9%
Demais Despesas do FAT	574,6	497,0	-77,5	-13,5%
Subsídios e Subvenções Econômicas [4/]	*10.225,6*	*59.960,1*	*49.734,5*	*486,4%*
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	5.047,1	53.341,3	48.294,2	956,9%
Equalização de custeio agropecuário	730,5	5.267,2	4.536,7	621,1%
Equalização de invest. rural e agroindustrial [5/]	81,3	2.536,0	2.454,8	-
Política de preços agrícolas	1.039,2	864,9	-174,3	-16,8%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	8,7	306,4	297,7	-
Equalização Aquisições do Governo Federal	520,9	24,1	-496,8	-95,4%
Garantia à Sustentação de Preços	509,6	534,4	24,8	4,9%
Pronaf	579,8	10.055,9	9.476,1	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	537,1	10.181,6	9.644,5	-
Concessão de Financiamento [6/]	42,7	-125,6	-168,4	-
Aquisição	0,0	0,0000	0,0	-
Proex	710,3	363,9	-346,4	-48,8%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	975,5	808,8	-166,6	-17,1%
Concessão de Financiamento [6/]	-265,2	-445,0	-179,8	67,8%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) [7/]	412,6	324,6	-88,0	-21,3%
Álcool	0,0	51,7	51,7	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	1.506,2	1.506,2	-
Fundo da terra/ INCRA [6/]	48,7	63,7	15,0	30,7%
Funcafé	118,0	104,6	-13,4	-11,3%
Revitaliza	3,2	2,5	-0,7	-21,3%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	126,6	30.618,3	30.491,8	-
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	413,9	425,3	11,4	2,8%
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) [8/]	1,0	5,3	4,3	449,8%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) [6/]	0,0	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	141,3	537,5	396,2	280,3%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	462,8	832,6	369,8	79,9%
Subvenções Econômicas	175,6	0,0	-175,6	-100,0%
Equalização dos Fundos FDA/FNDE/FCO	2,3	17,1	14,8	632,5%
Sudene	0,0	0,0	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-236,1	-236,1	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	5.178,5	6.618,8	1.440,2	27,8%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) [9/]	43.814,0	44.364,8	550,9	*1,3%*
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	739,2	935,1	196,0	*26,5%*
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	-
Auxílio à CDE	10.481,4	1.377,4	-9.104,0	*-86,9%*
Outras Despesas de Custeio e Capital	340.984,8	334.228,5	-6.756,3	*-2,0%*
Sentenças Judiciais e Precatórios	5.396,8	9.960,2	4.563,4	84,6%
Legislativo	1.902,3	1.753,6	-148,7	-7,8%
Judiciário	9.930,1	10.516,8	586,7	5,9%
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	4.612,0	6.281,8	1.669,8	36,2%
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	65.724,1	48.998,8	-16.725,3	-25,4%
d/q Minha Casa Minha Vida - MCMV	19.867,4	21.324,8	1.457,4	7,3%
Fundo Constitucional DF	1.381,0	7.383,6	6.002,6	434,7%
Outras Obrigatórias	2.454,5	3.757,0	1.302,5	53,1%
Discricionárias	228.099,6	201.943,4	-26.156,2	-11,5%
Min. da Saúde	96.179,3	89.503,4	-6.675,9	-6,9%
Min. do Des. Social	35.476,6	31.706,8	-3.769,8	-10,6%
Min. da Educação	41.369,4	34.081,9	-7.287,5	-17,6%
Demais	55.074,2	46.651,3	-8.423,0	-15,3%
Compensação RGPS [10/]	20.472,6	26.437,3	5.964,7	29,1%
Complementação do FGTS (LC nº 110/01)	1.011,8	17.196,0	16.184,2	-
Transferência do Tesouro ao Banco Central	***2.917,6***	***2.486,8***	***-430,8***	***-14,8%***
Benefícios Previdenciários	**447.414,2**	**453.693,1**	**6.278,9**	**1,4%**
Benefícios Previdenciários - Urbano [3/]	***346.718,2***	***351.672,2***	***4.953,9***	***1,4%***
Sentenças Judiciais e Precatórios	*8.075,9*	*7.569,6*	*-506,3*	*-6,3%*
Benefícios Previdenciários - Rural [3/]	***100.696,0***	***102.021,0***	***1.325,0***	***1,3%***
Sentenças Judiciais e Precatórios	*2.498,3*	*2.356,5*	*-141,8*	*-5,7%*
Despesas do Banco Central	**3.822,0**	**3.955,5**	**133,6**	**3,5%**
Memo:	0,0	0,0	0,0	-
Parcela patronal da CPSS [2/]	18.187,2	18.282,1	95,0	0,5%
RMV [8/]	1.894,6	1.646,9	-247,7	-13,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

2/ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

6/ Concessão de empréstimos menos retornos.

7/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

8/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

9/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

10/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - a Preços Correntes

TesouroNacional

Discriminação	Jan-Dez/2014						Jan-Dez/2015					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano [2/]			Dotação autorizada no ano [4/]	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano [2/]		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos [3/]	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos [3/]	Total
INVESTIMENTO TOTAL	**102.976,2**	**75.121,0**	**34.614,1**	**32.015,3**	**45.520,4**	**77.535,7**	**99.302,3**	**48.181,9**	**48.181,9**	**18.307,4**	**37.224,6**	**55.532,0**
Câmara dos Deputados	217,5	94,2	27,9	27,8	52,4	80,2	269,9	48,0	48,0	18,3	69,0	87,3
Senado Federal	88,8	64,4	17,3	17,3	11,0	28,3	82,8	68,3	68,3	4,5	32,9	37,4
Tribunal de Contas da União	59,5	54,4	10,2	10,2	63,3	73,5	101,2	89,0	89,0	19,5	52,6	72,2
Supremo Tribunal Federal	38,7	17,1	8,3	8,3	7,9	16,2	48,3	11,3	11,3	8,1	7,0	15,0
Superior Tribunal de Justiça	27,7	22,3	9,9	9,9	31,4	41,2	51,1	23,3	23,3	11,8	10,8	22,5
Justiça Federal	394,2	771,3	383,5	382,4	188,7	571,2	494,9	1.370,7	1.370,7	1.178,9	315,3	1.494,2
Justiça Militar	15,6	10,3	2,9	2,9	5,1	8,0	16,7	8,3	8,3	4,9	3,5	8,4
Justiça Eleitoral	427,5	371,6	100,9	100,3	115,0	215,3	539,9	397,2	397,2	41,4	245,7	287,2
Justiça do Trabalho	638,6	352,6	82,3	81,4	228,3	309,7	476,6	277,0	277,0	80,2	259,9	340,1
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	54,3	53,5	25,6	25,6	20,5	46,1	111,4	88,5	88,5	15,6	27,0	42,6
Conselho Nacional de Justiça	67,2	40,9	3,7	3,6	60,6	64,2	97,9	36,6	36,6	1,1	38,7	39,8
Presidência da República [5/]	4.700,4	2.990,1	1.454,4	1.410,4	1.074,1	2.484,5	4.284,9	2.666,7	2.666,7	1.751,3	944,4	2.695,8
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	747,2	469,0	24,7	24,7	112,8	137,4	399,0	16,5	16,5	6,9	411,8	418,7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.394,6	835,3	178,4	146,2	724,6	870,8	1.530,2	412,8	412,8	44,6	682,0	726,5
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.434,3	863,5	449,4	308,4	594,5	903,0	1.024,5	443,6	443,6	107,3	488,3	595,6
Ministério da Fazenda	1.541,0	977,3	443,5	440,8	753,7	1.194,4	1.741,4	915,8	915,8	202,3	837,3	1.039,6
Ministério da Educação	14.564,6	10.309,5	2.872,8	2.733,2	6.332,3	9.065,5	13.604,7	5.511,6	5.511,6	1.392,8	4.173,0	5.565,8
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	174,9	71,0	35,7	35,7	43,6	79,3	282,3	25,2	25,2	7,3	17,0	24,3
Defensoria Pública da União	12,6	12,4	5,0	5,0	277,0	282,0	63,9	32,4	32,4	20,1	9,2	29,3
Ministério da Justiça	1.874,6	1.176,3	126,6	118,7	1.074,4	1.193,1	1.727,8	663,5	663,5	67,7	552,5	620,2
Ministério de Minas e Energia	195,7	216,8	136,3	131,9	65,7	197,6	160,2	84,4	84,4	47,4	95,1	142,6
Ministério da Previdência Social	148,6	114,4	79,0	76,8	106,2	183,0	43,4	25,4	25,4	13,0	40,4	53,4
Ministério Público da União	334,2	293,5	47,3	47,3	179,2	226,5	492,1	310,7	310,7	65,3	202,0	267,4
Ministério das Relações Exteriores	32,1	31,0	26,5	26,5	525,3	551,8	69,5	29,0	29,0	18,6	5,6	24,2
Ministério da Saúde	9.544,8	5.279,6	1.450,9	1.442,1	2.868,2	4.310,3	10.625,1	3.739,2	3.739,2	1.305,5	2.994,9	4.300,4
Ministério do Trabalho e Emprego	114,0	69,7	11,1	11,1	313,2	324,3	146,4	45,6	45,6	9,3	33,5	42,8
Ministério dos Transportes	16.305,9	12.340,8	6.439,3	5.159,3	7.313,2	12.472,5	13.419,4	8.126,2	8.126,2	2.361,7	7.410,9	9.772,7
Ministério das Comunicações	370,7	317,1	246,8	245,8	198,5	444,4	885,1	455,1	455,1	388,5	29,5	418,0
Ministério da Cultura	514,3	220,5	39,7	30,9	290,8	321,7	386,7	140,5	140,5	39,0	143,8	182,8
Ministério do Meio Ambiente	433,1	127,2	24,1	23,7	144,7	168,4	196,8	51,3	51,3	13,6	28,4	42,0
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.858,3	1.091,1	489,0	457,2	3.967,2	4.424,4	2.742,8	642,1	642,1	83,7	444,3	528,0
Ministério do Esporte	2.290,1	1.396,8	288,7	285,7	444,2	729,9	2.578,9	1.158,3	1.158,3	219,1	1.025,1	1.244,2
Ministério da Defesa	9.863,0	8.795,9	5.353,1	5.018,8	6.813,8	11.832,6	11.520,7	7.839,7	7.839,7	2.823,7	4.632,7	7.456,4
Ministério da Integração Nacional	7.507,8	5.125,2	2.184,5	1.741,0	2.542,0	4.283,0	5.912,0	2.785,5	2.785,5	1.132,9	2.807,2	3.940,1
Ministério do Turismo	1.195,1	551,7	18,5	18,5	394,0	412,5	1.559,1	369,3	369,3	2,9	644,9	647,7
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	806,7	629,6	204,4	202,7	576,5	779,1	422,7	155,8	155,8	21,2	225,7	246,9
Ministério das Cidades	22.756,2	18.890,8	11.300,8	11.192,6	6.978,0	18.170,5	20.674,7	9.077,4	9.077,4	4.776,3	7.259,9	12.036,2
Ministério da Pesca e Agricultura	191,7	54,3	3,8	3,8	21,5	25,3	439,1	10,5	10,5	0,7	12,8	13,5
Conselho Nacional do Ministério Público	8,3	5,0	0,3	0,3	2,8	3,1	5,7	2,3	2,3	0,0	4,6	4,6
Advocacia Geral da União	31,6	13,1	6,8	6,6	4,4	10,9	72,4	27,4	27,4	0,5	5,3	5,7

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Corresponde ao investimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

2/ Despesas pagas correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela 1.1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

3/ Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte.

4/ Incorpora os efeitos da perda de eficácia da Medida Provisória nº 598/12 em 03 de junho de 2013.

5/ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

Tabela 6.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões - a Preços Correntes

Discriminação	2014	2015		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Dezembro	Novembro	Dezembro	Dez/15 Nov/15		Dez/15 Dez/14	
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	**6.042,0**	**201.385,4**	**184.147,7**	**-17.237,7**	**-8,6%**	**178.105,8**	**2947,8%**
Emissão de Títulos	0,0	116.825,5	108.051,0	-8.774,6	-	108.051,0	-
Remuneração das Disponibilidades	5.610,6	0,0	0,0	0,0	#DIV/0!	-5.610,6	-100,0%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	431,3	84.559,9	76.096,8	-8.463,1	-10,0%	75.665,4	17541,7%
Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2. DESPESAS NO BACEN	**0,0**	**-28.359,6**	**-27.773,7**	**585,9**	**-**	**-27.773,7**	**-**
Resgate de Títulos	0,0	-28.359,6	-27.773,7	585,9	-	-27.773,7	-
Encargos da DPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
3. RESULTADO (1 - 2)	**6.042,0**	**229.744,9**	**211.921,4**	**-17.823,6**	**-**	**205.879,4**	**3407,5%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB´s.

Tabela 6.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - a Preços Correntes

Discriminação	2014 Jan-Dez	2015 Jan-Dez	Diferença Jan-Dez/15 Jan-Dez/14	Variação (%)
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	**183.423,4**	**1.156.636,3**	**973.212,8**	**530,6%**
Emissão de Títulos	119.670,9	673.614,2	553.943,3	462,9%
Remuneração das Disponibilidades	30.173,7	0,0	-30.173,7	-100,0%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	2.800,0	483.022,1	480.222,1	17151,1%
Resultado do Banco Central	30.778,9	0,0	-30.778,9	-100,0%
2. DESPESAS NO BACEN	**143.206,9**	**-166.691,6**	**-309.898,6**	**-216,4%**
Resgate de Títulos	119.712,0	-166.691,6	-286.403,6	-239,2%
Encargos da DPMF	23.495,0	0,0	-23.495,0	-100,0%
3. RESULTADO (1 - 2)	**40.216,5**	**1.323.327,9**	**1.283.111,4**	**3190,5%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB´s.

Tabela 7.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal
R$ Milhões - a Preços Correntes

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2014	2015		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Dezembro	Novembro	Dezembro	Dez/15 Nov/15		Dez/15 Dez/14	
1. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	**1.063.183,9**	**1.210.810,2**	**1.281.808,2**	**70.997,9**	**5,9%**	**218.624,3**	**20,6%**
Dívida Interna	**3.280.510,3**	**3.769.807,4**	**3.912.901,5**	**143.094,1**	**3,8%**	**632.391,2**	**19,3%**
DPMFi em Poder do Público [1/]	***2.183.611,0***	***2.575.258,7***	***2.650.165,4***	***74.906,7***	***2,9%***	***466.554,4***	***21,4%***
LFT	418.587,2	603.869,4	626.191,6	22.322,2	3,7%	207.604,4	49,6%
LTN	686.033,3	734.480,9	764.478,7	29.997,8	4,1%	78.445,5	11,4%
NTN-B	713.685,6	792.019,1	809.661,0	17.642,0	2,2%	95.975,4	13,4%
NTN-C	72.049,7	79.027,2	80.073,8	1.046,6	1,3%	8.024,1	11,1%
NTN-F	254.758,0	317.714,7	323.003,5	5.288,8	1,7%	68.245,5	26,8%
Dívida Securitizada	7.054,1	8.868,1	7.692,5	-1.175,5	-13,3%	638,5	9,1%
Demais Títulos em Poder do Público	31.443,2	39.279,4	39.064,2	-215,2	-0,5%	7.621,0	24,2%
DPMFi em Poder do Banco Central	***1.117.440,2***	***1.219.142,5***	***1.286.515,4***	***67.372,9***	***5,5%***	***169.075,1***	***15,1%***
LFT	406.237,2	196.731,9	213.835,0	17.103,1	8,7%	-192.402,2	-47,4%
LTN	166.878,0	396.178,2	427.315,5	31.137,3	7,9%	260.437,5	156,1%
Demais Títulos na Carteira do BCB	544.325,0	626.232,4	645.364,9	19.132,5	3,1%	101.039,8	18,6%
(-) Aplicações em Títulos Públicos	***-29.402,7***	***-33.124,3***	***-32.120,0***	***1.004,4***	***-3,0%***	***-2.717,3***	***9,2%***
Demais Obrigações Internas	***8.861,7***	***8.530,5***	***8.340,7***	***-189,8***	***-2,2%***	***-521,0***	***-5,9%***
Haveres Internos	**2.217.326,5**	**2.558.997,1**	**2.631.093,4**	**72.096,2**	**2,8%**	**413.766,9**	**18,7%**
Disponibilidades Internas	***607.171,3***	***812.004,6***	***881.932,1***	***69.927,5***	***8,6%***	***274.760,8***	***45,3%***
Haveres junto aos Governos Regionais	***536.689,3***	***581.707,8***	***586.610,7***	***4.902,9***	***0,8%***	***49.921,4***	***9,3%***
Bônus Renegociados	5.225,1	6.284,3	6.284,0	-0,3	0,0%	1.059,0	20,3%
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	1.190,5	728,2	722,5	-5,7	-0,8%	-468,1	-39,3%
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	12.707,4	13.266,6	13.365,4	98,7	0,7%	658,0	5,2%
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	12.813,4	12.089,9	11.981,8	-108,1	-0,9%	-831,6	-6,5%
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	422.387,4	457.390,9	462.835,9	5.445,1	1,2%	40.448,6	9,6%
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	75.087,3	85.339,2	86.741,2	1.402,0	1,6%	11.653,9	15,5%
Antecipação de Royalties	5.250,2	4.432,9	4.465,2	32,3	0,7%	-785,0	-15,0%
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.027,9	2.175,8	214,7	-1.961,1	-90,1%	-1.813,3	-89,4%
Haveres da Administração Indireta	***387.260,1***	***426.751,3***	***436.562,7***	***9.811,4***	***2,3%***	***49.302,6***	***12,7%***
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	202.481,1	217.996,7	221.698,5	3.701,8	1,7%	19.217,4	9,5%
Fundos Constitucionais Regionais	92.824,7	101.981,5	102.854,0	872,5	0,9%	10.029,3	10,8%
Fundos Diversos	91.954,3	106.773,2	112.010,3	5.237,1	4,9%	20.056,0	21,8%
Haveres Administrados pela STN	***686.205,8***	***738.533,4***	***725.987,9***	***-12.545,5***	***-1,7%***	***39.782,0***	***5,8%***
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.825,8	5.888,0	5.896,1	8,2	0,1%	70,4	1,2%
Haveres de Operações Estruturadas	72.318,6	82.272,4	80.919,8	-1.352,6	-1,6%	8.601,2	11,9%
Haveres Originários de Privatizações	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Haveres de Legislação Específica	583.071,3	619.244,7	610.982,2	-8.262,5	-1,3%	27.910,9	4,8%
Demais Haveres Administrados pela STN	24.990,1	31.128,3	28.189,7	-2.938,6	-9,4%	3.199,6	12,8%
2. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	**111.804,8**	**140.840,5**	**142.255,9**	**1.415,4**	**1,0%**	**30.451,1**	**27,2%**
Dívida Externa	**112.287,1**	**141.660,1**	**142.839,9**	**1.179,9**	**0,8%**	**30.552,8**	**27,2%**
Dívida Mobiliária	***102.550,6***	***128.992,2***	***130.958,6***	***1.966,4***	***1,5%***	***28.407,9***	***27,7%***
Euro	6.048,0	5.457,3	5.717,0	259,7	4,8%	-331,0	-5,5%
Global US$	82.637,8	109.790,9	111.379,7	1.588,8	1,4%	28.741,9	34,8%
Global BRL	13.864,8	13.744,0	13.861,9	117,9	0,9%	-2,9	0,0%
Demais Títulos Externos	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Dívida Contratual	***9.736,5***	***12.667,9***	***11.881,4***	***-786,5***	***-6,2%***	***2.144,9***	***22,0%***
Organismos Multilaterais	3.531,7	4.946,0	4.994,4	48,4	1,0%	1.462,7	41,4%
Credores Privados e Ag. Governamentais	6.204,8	7.721,8	6.886,9	-834,9	-10,8%	682,2	11,0%
Haveres Externos	**482,3**	**819,6**	**584,1**	**-235,5**	**-28,7%**	**101,7**	**21,1%**
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	***482,3***	***819,6***	***584,1***	***-235,5***	***-28,7%***	***101,7***	***21,1%***
3. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (1+2)	**1.174.988,6**	**1.351.650,7**	**1.424.064,0**	**72.413,3**	**5,4%**	**249.075,4**	**21,2%**
4. DIVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB [2/]	**20,7%**	**22,9%**	**24,0%**	**1,1%**	**4,9%**	**3,36%**	**16,2%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

2/ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Boletim

FPM / FPE / IPI - Exportação

Em dezembro de 2015 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram acréscimo de 49,6% quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPM/FPE atingiram o montante de R$ 15,2 bilhões, ante R$ 10,1 bilhões no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB e incluído o repasse da EC 55/2007 (FPM 1%) no valor de R$ 3,5 bilhões.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: > Governo (Estadual ou Municipal) > Gestão > Gestão de Recursos > Repasses de recursos.

Distribuição do FPM/FPE

R$ Milhões

Origens	2014			2015			Variação Nominal		
	Novembro	Dezembro	Até Dezembro	Novembro	Dezembro	Até Dezembro	Dez/15 Nov/15	Dez/15 Dez/14	Até Dez/15 Dez/14
FPM	5.287,0	9.177,7	64.158,2	5.182,7	9.464,6	68.399,0	82,6%	3,1%	6,6%
FPE	5.052,0	5.549,3	58.086,2	4.952,3	5.694,6	61.105,7	15,0%	2,6%	5,2%
IPI - Exp	382,4	377,3	3.888,1	329,3	325,2	3.941,7	-1,3%	-13,8%	1,4%

Obs.1: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).
Obs. 2: Os valores de dezembro incluem o FPM 1%.

Previsto X Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Dezembro	-2,0%	15,0%	-2,0%	15,0%	5,4%	-1,3%

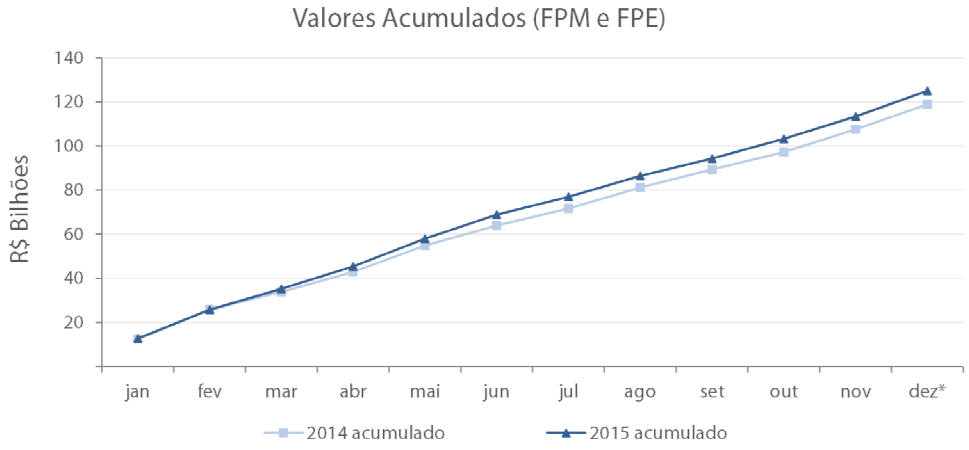
Obs. 1: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior .
Obs. 2: Os percentuais de FPM Estimado e Realizado não consideram o repasse relativo ao FPM 1%.

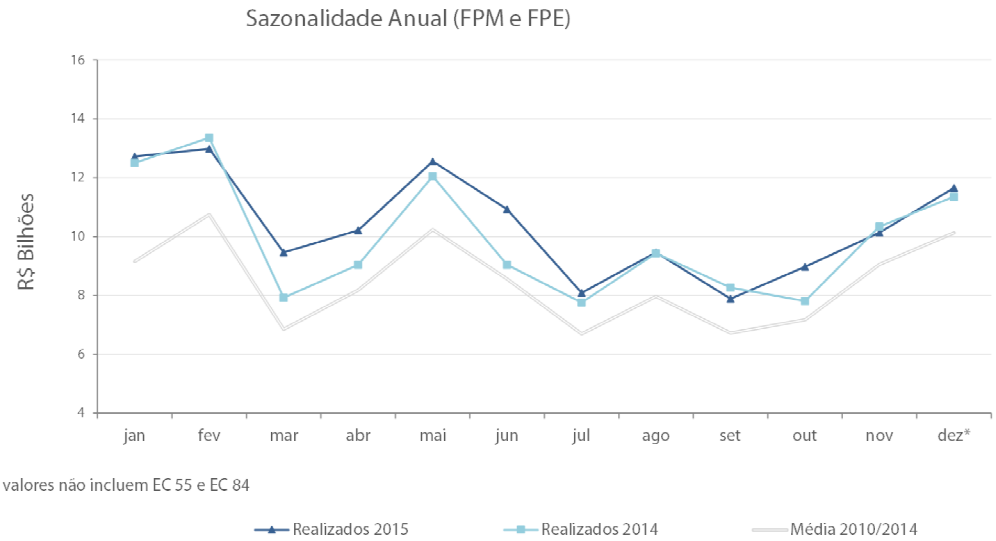
Estimativa Trimestral

FUNDOS	Janeiro	Fevereiro	Março
FPM	-8,0%	26,0%	-26,0%
FPE	-8,0%	26,0%	-26,0%
IPI - EXP	34,6%	-21,0%	-6,0%

Obs. 1: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior .
Obs. 2: Os percentuais de FPM Estimado não consideram o repasse relativo ao FPM 1% realizado em dezembro de 2015.

Gráficos





Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/11/2015 a 20/12/2015, conforme demonstrativo abaixo:

R$ Milhões

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
NOV/3º DEC	2.514,1	9.114,2	11.628,3	DEZ/1º DEC	2.000,1	2.093,1	201,1	4.294,3
				EC 55/2007		3.505,1		3.505,1
DEZ/1º DEC	1.043,6	9.713,4	10.756,9	DEZ/2ª DEC	1.850,2	1.936,3	83,5	3.870,0
DEZ/2ª DEC	507,3	10.215,6	10.722,9	DEZ/3º DEC	1.844,3	1.930,1	40,6	3.815,0
TOTAL	4.064,9	29.043,2	33.108,1	**TOTAL**	5.694,6	9.464,6	325,2	15.484,4

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Não ocorrência de Classificação por Estimativa. Não ocorrência de Depósitos Judiciais.

Distribuição de Fundos

R$ Mil

ESTADOS	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
Acre	AC	50.283,9	194.812,3	11,7
Alagoas	AL	225.218,0	236.901,0	183,2
Amazonas	AM	144.990,7	158.902,1	2.491,1
Amapá	AP	36.962,8	194.299,7	699,8
Bahia	BA	881.034,5	535.076,0	17.412,8
Ceará	CE	469.349,5	417.807,1	3.096,9
Distrito Federal	DF	15.987,4	39.304,1	480,3
Espírito Santo	ES	163.853,5	85.419,0	17.848,8
Goiás	GO	346.869,3	161.903,2	7.283,3
Maranhão	MA	392.681,6	411.047,6	2.531,2
Minas Gerais	MG	1.240.212,0	253.665,9	45.312,9
Mato Grosso do Sul	MS	140.476,4	75.852,1	6.036,1
Mato Grosso	MT	172.573,9	131.425,7	5.078,2
Pará	PA	338.938,2	348.053,9	19.848,2
Paraíba	PB	305.659,4	272.708,7	332,4
Pernambuco	PE	465.107,1	392.938,8	4.690,5
Piauí	PI	250.829,5	246.086,4	72,2
Paraná	PR	639.101,2	164.186,7	25.051,2
Rio de Janeiro	RJ	278.262,4	86.996,4	47.581,6
Rio Grande do Norte	RN	234.148,2	237.914,7	255,5
Rondônia	RO	80.220,8	160.337,1	1.132,3
Roraima	RR	46.927,5	141.265,9	7,1
Rio Grande do Sul	RS	639.995,5	134.096,4	34.931,0
Santa Catarina	SC	369.143,8	72.879,5	17.308,1
Sergipe	SE	141.112,1	236.627,7	105,7
São Paulo	SP	1.260.225,3	56.946,0	65.038,5
Tocantins	TO	134.390,8	247.145,6	372,0
TOTAL		**9.464.555,2**	**5.694.599,6**	**325.192,6**

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

No Diário Oficial da União do dia 10 de dezembro de 2014, foi publicada a Portaria STN nº 692, de 9 de dezembro de 2014, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2015, disponível no endereço: https://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais - COINT
Fone: (61) 3412-3051
Email: coint.df.stn@fazenda.gov.br ou transferencias.stn@fazenda.gov.br